

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

VÂNIA REGINA DO NASCIMENTO

DOS TRIBUNAIS DO TRÁFICO À MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

*Um estudo das representações sobre a administração institucional de conflitos em
uma Unidade de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro.*

Niterói

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

VÂNIA REGINA DO NASCIMENTO

DOS TRIBUNAIS DO TRÁFICO À MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

*Um estudo das representações sobre a administração institucional de conflitos em
uma Unidade de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro.*

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Antropologia da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para obtenção
do Grau de Mestre.

Linha de Pesquisa do orientador:

Segurança Pública: Cultura Jurídica, Conflitos Sociais e Democracia

Niterói

2013

Banca Examinadora

Prof. Dr. Edilson Márcio Almeida da Silva
(Orientador)

Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Ana Paula Mendes de Miranda

Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Lenin Pires

Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Katia Sento Sé Mello

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Bárbara Gomes Lupetti Baptista -
(Suplente)

Universidade Gama Filho

RESUMO

Fruto de pesquisa etnográfica, esta dissertação tem por objeto um conjunto de representações e práticas relativas aos processos de administração institucional de conflitos adotados em uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Considerando os arranjos e efeitos proporcionados pela implantação de um *Centro de Mediação de Conflitos* em uma favela da Zona Norte da cidade, o Morro da Formiga, seu foco se dirige às formas como os diversos conflitos são aí representados, encaminhados e tratados, tendo por base a análise das demandas dirigidas pela população à polícia e das respostas dadas, por ela, a tais demandas. Inserido na linha de pesquisa *Cultura Jurídica, Segurança Pública e Conflitos Sociais* do Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF) e parte integrante do projeto intitulado *Instrumentos de Interferência no Desempenho do Judiciário*, desenvolvido no âmbito do Edital CNJ Acadêmico N°020/2010/CAPES/CNJ, o estudo tem a intenção de cotejar os discursos dos diversos atores envolvidos acerca das *novas formas* de regulação social e resolução de disputas implantadas naquela localidade, ora submetida à *política de pacificação*.

PALAVRAS-CHAVE: Unidades de Polícia Pacificadora – Administração
Institucional de Conflitos – Mediação

ABSTRACT

Based on an ethnographic research, this dissertation present as object the representations and practices related to the processes of institutional conflict administration adopted in a Pacifying Police Unit (UPP, translated from the portuguese Unidade de Polícia Pacificadora) located in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. Considering the arrangements and effects provided by the implementation of a Conflict Mediation Center in a slum in the North Zone of the city, the Morro da Formiga, its focus turns to the ways that various conflicts are represented, routed and processed, based in analysis of demands addressed to the police by the population and the answers given by them to such demands. Inserted into the research line of Legal Culture, Public Safety and Social Conflicts of the Graduate Program in Anthropology, Universidade Federal Fluminense (PPGA / UFF) and a part of the project titled Instrumentos de Interferência no Desempenho do Judiciário developed under the Bidding CNJ Academic No. 020/2010/CAPES/CNJ, the study intends to collate discourse among diverse stakeholders about new forms of social regulation and dispute resolution deployed in that area, now referred to the policy of pacification.

KEYWORDS: *Unidades de Polícia Pacificadora* - Institutional Management Conflict
- Mediation

*À Maria Fernanda
Coelho Rangel do
Nascimento, por me
lançar olhares curiosos e
os mais lindos sorrisos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense pela oportunidade de cursar o Mestrado, assim como à Capes e ao CNJ pela bolsa de estudo que me foi concedida no âmbito do Edital CNJ Acadêmico N°020/2010/CAPES/CNJ.

Preciso agradecer àquele que considero o responsável não só pelo fim, mas pelo início de mais esta jornada, o Professor Edilson Marcio Almeida da Silva. Edilson, suas aulas, ainda na graduação, me levaram a escolher a Antropologia. Tens a minha admiração e imenso respeito. Agradeço pela amizade, carinho e toda paciência. Sabemos que foi uma longa e nada fácil jornada. Obrigado por cada palavra dita e por todo silêncio respeitado. Grande professor e pesquisador, generoso, suave e preciso. Obrigada por tudo!

Aos Professores Ana Paula Mendes de Miranda, Lenin Pires, Katia Sento Sé Mello e Bárbara Gomes Lupetti Baptista, obrigada pela solicitude e boa vontade em aceitarem participar da banca de defesa, dedicando a sua atenção e precioso tempo à leitura deste trabalho.

Não posso deixar de agradecer aos Professores Simoni Lahud Guedes e Antônio Carlos Rafael Barbosa, professores exemplares que, também generosos, fizeram uma leitura cuidadosa do meu projeto de pesquisa e contribuíram de maneira decisiva para a definição do caminho a ser seguido.

Aos Policiais Militares da Unidade de Policia Pacificadora do Morro da Formiga e seus moradores, por compartilharem comigo parte de um mundo que me era completamente desconhecido. Embora, por razões de ordem ético-profissional,

seus nomes tenham sido omitidos, reconheço a boa vontade e o acolhimento dos que se fizeram meus interlocutores e tornaram a possível a consecução da pesquisa.

Aos colegas do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa, NUFEP, agradeço pelo respeito e compreensão nos momentos mais difíceis, assim como pelo convívio e conhecimento generosamente partilhado.

Não poderia deixar de agradecer “àquele pessoal”: Alessandra Freixo, Alex Mariano, Eric Macedo, Flavia Medeiros, Rômulo Labronici e Victor Hugo Barreto. Me pergunto como conseguimos ficar juntos por seis anos? Foram muitas xícaras de café acompanhadas de incertezas compartilhadas, histórias incríveis e idéias insanas. Agradeço por toda diferença que sustenta nossa amizade e nos torna tão divertidos.

Aos melhores: Andréia Barbosa, Carolina Wanderley, Marcus Maione, Michelle Lemos, Hugo Monteiro, Paulyne Leonardi, Raí Lemos, Roberta Espinosa e Thiago Cajueiro, obrigado por acompanharem meus dilemas, por ouvirem, muitas vezes sem sequer entender muito bem tudo aquilo que eu dizia. Sinto sorte por vivenciar o amor e cuidado que cultivamos uns pelos outros. Amo vocês!

Ao meu irmão, Paulo Rangel... Difícil transpor em linhas o que só o meu coração é capaz de dizer. Maninho, obrigado pelo cuidado! Com coração aberto, você é capaz de ouvir, orientar e, sobretudo, me dar asas, respeitando as minhas escolhas. Agradeço por colocar a bela Eliane Rangel na minha vida, minha cunhada querida, que, sempre que necessário, mostra-se capaz de ouvir e emanar boas energias. Juntos, vocês me deram a pequenina Maria Fernanda que, com seus olhares e sorrisos indescritíveis, me faz descobrir, todos os dias, um amor antes desconhecido.

À minha mãe, Sandra Nascimento, por respeitar as minhas escolhas e me dedicar um amor que sei ser incondicional.

Por fim, cabe agradecer a Oliver Tschannen. Danke für die Liebe, Respekt und Zuneigung. Ich liebe dich.

“Cedo ou tarde aquelas pessoas vão aprender a viver melhor, a se comunicar e vão então saber o que é ter cidadania”.

(Soldado da UPP do Morro da Formiga)

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	12
INTRODUÇÃO	13
DO DESPERTAR DOS MEUS INTERESSES DE PESQUISA À DEFINIÇÃO DO OBJETO ...	13
METODOLOGIA	30
CAPÍTULO I.....	35
FAVELAS, VIOLÊNCIAS E CONFLITOS	35
REPRESENTAÇÕES DAS FAVELAS CARIOCAS.....	37
CAPÍTULO 02	48
O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE E A CHEGADA DAS UPPS NA CIDADE	48
A CHEGADA DAS UPPs	52
CAPÍTULO 3.....	58
TRABALHO DE FORMIGA: O MORRO, SEUS ATORES E SUA UPP	58
O OUTRO LADO DA "PACIFICAÇÃO"	69
CAPITULO 04	74
DOS TRIBUNAIS DO TRÁFICO À MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	74
A POLÍCIA PACIFICADORA E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	87
O INSTITUTO DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
ANEXOS.....	112
Questionário enviado ao Gabinete do Governador do Estado do Rio de Janeiro.....	113
UPPs na Mídia	119

LISTA DE SIGLAS

BPM – Batalhão de Polícia Militar

CV – Comando Vermelho

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPPC – Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã

CFAP – Centro de Formação e Aprimoramento das Praças

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPP – Coordenadoria de Polícia Pacificadora

DEAM – Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher

DPO - Destacamento de Policiamento Ostensivo

GPAA – Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais

GPP – Grupamento de Polícia Pacificadora

GTPP – Grupamento Tático de Polícia Pacificadora

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPP – Instituto Pereira Passos

NUFEP – Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas

ONG – Organização Não Governamental

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PPC – Posto de Policiamento Comunitário

PPGA – Programa de Pós Graduação em Antropologia

SAGMACS - Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais

SERFHA - Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênica

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

INTRODUÇÃO

DO DESPERTAR DOS MEUS INTERESSES DE PESQUISA À DEFINIÇÃO DO OBJETO

Quarta-feira. Por volta das dez horas da manhã, no entroncamento da Rua Medeiros Pássaro com a movimentada Rua Conde de Bonfim, na Tijuca, pergunto a um senhor como chegar à sede da Unidade de Polícia Pacificadora. Sob uma garoa fina, ouço instruções para subir uma “ladeirinha” e que lá encontraria a UPP. “Não tem erro e nem perigo”, afirma o senhor. Motocicletas sobem e descem a rua, perfazendo trajetos diversos a um preço único: dois reais, como informa o letreiro pintado em um muro. Três rapazes sentados sob uma lona vestem coletes azuis. São do serviço de “moto-táxi”. Decido utilizar o serviço e, então, pergunto se algum deles poderia me levar até a UPP. Eles se entreolham por alguns instantes, até que, finalmente, um deles resolve me oferecer um capacete. Subo trêmula na garupa da motocicleta. Impossível disfarçar o pavor que sinto! Embora eu tente disfarçar, o sentimento insiste em refletir no espelho retrovisor, o que parece ser apreciado, com certo sadismo, pelo meu condutor. Peço para irmos mais devagar, mas de nada adianta. Após ser alertada para ter cuidado com o cano de descarga da moto, nada me resta senão segurar firme em um das alças da garupa para, aceleradamente, subirmos a rua.

Casas bem estruturadas, gradeadas, com cercas eletrificadas no topo dos muros compõem a paisagem, assim como os inúmeros carros parados junto ao meio fio. Uma viatura policial e três policiais também figuram no cenário, que vai mudando de forma ligeira. As crateras e paralelepípedos soltos pelo caminho são habilmente desviados pelo meu condutor que, entre um ronco do acelerar do motor da

motocicleta e outro, reclama dos estragos feitos pela chuva forte da noite anterior. A certa altura, a mão da via torna-se inglesa e o motociclista se vê obrigado a buzinar freneticamente, de modo a alertar outros os outros condutores e pedestres que seguem em sentido contrário. O cenário continua a se modificar. Conforme avançamos, despontam casas mais simples, de tijolos aparentes e quase sem pintura. Apesar de já desgastada pelo tempo, uma pichação com as iniciais C.V.¹ pode ser avistada no muro de uma das casas. Vencida uma curva, surge uma creche, próxima da qual é possível ouvir o barulho das crianças. Há poucas pessoas na rua, nesse momento. Após infindáveis minutos, finalmente chego ao meu destino. Deço da garupa da motocicleta com os joelhos trêmulos. Não foi fácil! Dois reais tirados do meu bolso servem como pagamento pelo serviço.

Cercada por grades brancas, a UPP parecia fechada. Pelo menos de onde me encontro, em frente à Unidade, não é possível perceber nenhuma movimentação. Do outro lado da rua, poucos metros à frente, avisto um bar. Trata-se de um lugar pequeno, com poucas mesas e cadeiras, um balcão, algumas bebidas expostas e o cardápio do dia escrito em um cavalete à giz. Oito policiais encontram-se sentados em torno de duas mesas agrupadas. Quatro deles estão sentados de costas para a entrada do bar, outros três, de frente; um outro ocupa a cabeceira da mesa. A conversa entre eles corre animada. Parecem estar mesmo descontraídos e confortáveis no ambiente. Entro no bar e, num primeiro momento, tenho a minha presença aparentemente ignorada. Peço uma garrafa d'água à senhora atrás do balcão e, ato contínuo, pergunto

¹ A sigla C.V. refere-se ao *Comando Vermelho*, organização criminosa criada entre as décadas de 1970 e 1980, no Rio de Janeiro, que desde então tem desenvolvido diversas atividades ilegais como, por exemplo, o tráfico varejista de drogas e armas em diversas favelas da cidade. Entre os integrantes do *Comando Vermelho* que se tornaram notórios estão Fernandinho Beira-Mar, Marcinho VP e Elias Maluco. A referida inscrição da sigla C.V. na parede de uma casa sugere que o território foi ou, de algum modo, ainda é regulado pela facção criminosa.

onde posso encontrar o Fábio², o policial que me havia sido indicado como contato na UPP.

Até então, não o conhecia. Jamais o tinha visto. Apenas nos falamos por telefone e, ainda assim, uma única vez. Foi um outro policial, que conhecíamos em comum, quem me deu o número do seu telefone. Ele me havia garantido que Fábio ia gostar de conversar comigo sobre as UPPs e sobre Mediação de Conflitos, já que ele desempenhava a função de mediador na Unidade. Quando liguei, a impressão que tive foi outra. Fabio não parecia muito animado com a ideia. Na verdade, não demonstrou interesse em conversar comigo sobre o que quer que fosse, embora afirmasse que “seria um prazer” fazê-lo e que eu poderia “aparecer a qualquer hora na UPP, nos dias em que ele estivesse em serviço”. Confesso que, ao desligar o telefone, duvidei da solicitude. Bem, verdade ou não, animado ou não, lá estava eu, conforme havíamos “combinado”.

Segundo fui informada pela senhora do balcão, quando cheguei, Fabio havia acabado de deixar o bar. Ao ouvir a nossa conversa, um dos policiais abandona a animada conversa e prontamente confirma o que foi dito pela senhora. Basta “bater na porta da administração”, diz ele. O Fábio “está lá”, completa. Agradeço, deixo o bar, atravesso a rua e sigo a orientação que me foi dada. Ao chegar à UPP, abro uma das grades, mas não vejo ninguém. Bato, então, na porta. Um jovem policial vem me atender e pergunta se procuro por alguém. Digo que sim, pelo Fábio, ao que, em reação à minha resposta, ele grita: “Fábio, problema pra você!”, soltando em seguida uma sonora gargalhada.

Vindo de outra sala, Fábio aparece, trajando calça jeans e camiseta branca. Me estende a mão e, com um gentil cumprimento, me convida a entrar. Estranho a

²Praticamente, todos os interlocutores cujas falas e ações são apresentadas nesta dissertação tiveram seus nomes trocados, de modo a preservar as suas identidades.

ausência de uniforme (será que aquele era o Fábio que eu procurava?). Sem desencontros. Era ele, sim. Muito simpático, vai logo me perguntando no que pode ser útil. Afirma já ter ouvido falar de mim, “a professora do Viva Rio³”. Confesso que o comentário me surpreende um pouco. Afinal, o que será que ele tinha ouvido a meu respeito? Fábio me oferece uma cadeira e convida que me junte a ele, em sua mesa. Sobre o móvel, avisto cadernos de capa preta empilhados, ofícios a serem preenchidos e alguns informativos sobre Mediação de Conflitos. Embora pareça estar bastante ocupado, o policial assegura que eu posso perguntar o que quiser, dizendo que responderá a “tudo”. Não tenho uma lista de perguntas, nem sequer um roteiro previamente estruturado. O olhar de Fábio me diz, de alguma maneira, que eu deveria ter um. Ao menos aparentemente, tudo indicava que ele esperava que eu tivesse um. Digo que não tenho um roteiro formal de perguntas e quero apenas conversar sobre o trabalho dele, realizar, digamos assim, uma entrevista informal. Ele concorda mas, em contrapartida, solicita que eu não grave a conversa, o que aceito prontamente. Resolvo, também, não anotar nada, pelo menos naquele momento.

Com o gravador desligado, bem guardado dentro da bolsa e sem lançar mão do caderno de campo, assumo o risco de confiar exclusivamente na minha memória. Fábio parece tenso, talvez um pouco desconfortável com a situação. Penso que talvez isso se deva ao fato de que eu esteja muito próxima dele e, então, me reacomodo na cadeira, agora mantendo um pouco mais de distância. O silêncio inicial evidencia o mal-estar diante da inexistência de um questionário a ser respondido objetivamente, o que poderia acelerar o processo e, conseqüentemente, permitir a ele se livrar logo de mim. Alguns minutos de desconforto se sucedem, frases curtas são ditas, até que um

³ O Viva Rio é uma Organização Não-Governamental criada em 1993, por diversos representantes da sociedade civil em resposta à crescente violência que assolava o Rio de Janeiro no período. Atualmente, a instituição desenvolve pesquisas, projetos e formula políticas públicas com o objetivo formal de desenvolver a cultura da paz e a inclusão social. Fonte: www.vivario.org.br

outro policial, subitamente, entra na sala. Trata-se do Marcus, que coincidentemente havia sido meu aluno. Assim que entra na sala, o reconheço. Marcus foi um dos meus alunos mais participativos. Sempre espirituoso, tão logo me vê, pergunta se eu estou ali para “arrecadar pessoal” para as minhas aulas no “cursinho”. Respondo que sim. Brincando e sorridente, ele informa que prefere “ficar de fora dessa vez”.

Conheci Marcus durante um curso que ministrava na ONG Viva Rio, sobre o qual falarei mais adiante. Ele adorava contar casos. Quando tive contato com ele pela primeira vez, me recordo de ter ouvido uns quatro casos, todos histórias mirabolantes. Sempre que podia, se colocava a falar sobre o que, na sua opinião, era ser policial. Gostava muito de falar sobre si mesmo, sobre seu trabalho e sobre por quê quis se tornar um policial. Naquele dia, porém, ele parecia estar mais interessado em falar sobre mim, sobre quem eu era e o que fazia. Ou melhor, sobre quem ele achava que eu era e o que achava que eu fazia.

Marcus me apresenta a Fábio, dizendo que eu gostava de fazer perguntas difíceis. Por alguns minutos, ele fala sobre o meu trabalho na ONG e sobre o quanto acha que o “curso era legal”, embora considere que “não servia pra muita coisa na prática”. De algum modo, Marcus acaba nos deixando um pouco mais à vontade, o que estimula Fábio a ser menos monossilábico, inclusive ao falar sobre si mesmo. Ele tinha acabado de completar 26 anos e ingressou na Polícia Militar através de concurso realizado em 2009. Morador da Zona Oeste da cidade, leva pouco mais de uma hora para chegar à UPP, num itinerário cumprido ao menos três vezes por semana. Antes de ingressar na Polícia Militar, cursou o bacharelado em Direito em uma faculdade privada próxima à sua casa. No último ano, trancou o curso, tendo se decidido a fazer o concurso para a Polícia Militar. Como muitos, buscava um salário fixo e estabilidade profissional. Segundo o próprio, deixou a faculdade devido ao pouco

tempo disponível para se dedicar aos estudos e aos altos custos das mensalidades. Demonstrando interesse em um dia retornar aos bancos universitários, Fabio afirma que sempre se interessou pela área do Direito e que, desde pequeno, sonhava em ser juiz. Diante da impossibilidade de realizar o seu desejo e como a vida estava "muito corrida", ingressou na Polícia Militar, posto que achava "bom ter um contra-cheque todos os meses".

Ao que parece, Fabio gosta de trabalhar na UPP e mostra-se feliz com o seu papel no Centro de Mediação de Conflitos. De alguma forma, estar ali lhe permite se ocupar daquilo de que realmente gosta. Ou seja, fazendo mediações, ele sentia não ter perdido por completo o vínculo com o mundo do direito. Fabio demonstra, assim, alguma satisfação por estar lotado numa UPP e, mais especificamente, por atuar no Centro de Mediação. Evangélico, calmo e bastante paciente tem, segundo os seus colegas de trabalho, o "dom para a coisa". O próprio Marcus reconhece e admira isso nele, fazendo questão de afirmá-lo na nossa presença. Apesar disso, como ocorre como a maioria dos entrevistados, trabalhar em uma Unidade de Polícia Pacificadora não era bem o que Fabio queria quando ingressou na Polícia Militar. Ele esperava ter ido para um dos batalhões da cidade, de preferência algum que fosse mais perto de sua residência. O deslocamento de casa até a UPP é considerado penoso, tendo sido esta a principal razão que o levou a comprar um carro. O policial revela ter receio de utilizar ônibus e diz que, antes da atual ocupação profissional, nunca havia estado em uma favela. Ver como os moradores da Formiga viviam foi o que despertou nele a vontade de ajudar. Segundo a sua leitura, por não terem tido oportunidade de levar uma vida melhor e serem muito humildes, aquelas pessoas esbarram numa série de dificuldades, apresentando dificuldades para praticamente tudo, inclusive "para se comunicarem". Fabio considera que a sua função ali é ajudar as pessoas. Acredita

que, daqui em diante, sem os traficantes armados andando pela vielas e com a polícia se mostrando constantemente presente, “cedo ou tarde aquelas pessoas vão aprender a viver melhor, a se comunicar e vão então saber o que é ter cidadania”⁴.

Desde 2008, distintos territórios da região metropolitana do Rio de Janeiro têm recebido contingente policial fixo alocado nas chamadas Unidades de Polícia Pacificadora. Formalmente anunciadas como um modelo de policiamento que pretende estabelecer um novo paradigma de ação policial, cujos princípios estão orientados pelo que se convencionou chamar de policiamento de proximidade, as UPPs avançaram sobre alguns espaços da cidade, antes identificados como áreas sob o domínio de grupos armados vinculados ao tráfico varejista de drogas ilegais, facções criminosas ou milícias. Nas últimas décadas, as ações criminosas nessas áreas ensejaram intensos debates sobre os limites das políticas públicas de segurança, debates esses que ganharam maior visibilidade recentemente, a partir do momento em que a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como sede de megaeventos esportivos, tais como a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016).

O processo que culminou no meu interesse por esse tema teve como marco inicial a minha chegada ao Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa da Universidade Federal Fluminense – NUFEP/UFF, ainda em 2008. Ali estabeleci o meu primeiro contato com estudos empíricos relacionados à *Segurança Pública, Administração Institucional de Conflitos e Sistema de Justiça Criminal*. Em ambiente profícuo e

⁴ A breve descrição acima informa o leitor sobre o ambiente encontrado pela pesquisadora ao se dirigir pela primeira vez a uma favela classificada como território sob política de pacificação.

orientado pela interdisciplinaridade, participei de projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Núcleo e realizei, em 2009, um estudo sobre a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Nele, focalizei as práticas policiais civis em Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAMs)⁵, buscando compreender de que maneira o problema da(s) violência(s) doméstica(s) contra a mulher era apreendido, significado e registrado em tais espaços. A partir do estabelecimento de uma perspectiva comparada, procurei cotejar os *modus operandi* adotados, à época, em duas Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher: uma inserida no Programa Delegacia Legal e outra não, razão pela qual esta era recorrentemente chamada de "tradicional".

Ainda naquele ano, aliei a experiência em pesquisa junto à Polícia Civil à minha primeira inserção profissional, desta vez junto à Polícia Militar, tendo sido contratada pela ONG Viva Rio para monitorar o Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã – CAPPCC⁶. À época, minhas atividades junto ao CAPPCC consistiam no acompanhamento presencial das instruções ministradas por policiais multiplicadores⁷ e a produção de relatórios sobre as atividades desenvolvidas, os quais eram encaminhados periodicamente à coordenação do curso, numa espécie de monitoramento das atividades desenvolvidas pelos policiais (o que, evidentemente, não era apreciado por eles, se me lembro bem).

⁵ DO NASCIMENTO, Vânia R. Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher: Dois modelos sob uma perspectiva comparada. Niterói. 2009. Monografia apresentada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense.

⁶ Formalmente, o Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã (CAPPCC) consiste na qualificação continuada voltada para policiais militares. Realizado desde 2002, apresenta como uma das diretrizes o aumento da qualidade do serviço policial militar, priorizando a prevenção de crimes e violências.

⁷ As instruções do CAPPCC eram ministradas por policiais chamados multiplicadores cedidos pela PMERJ e capacitados para a função, através de um curso, pela ONG Viva Rio. A equipe era formada por pouco mais de vinte policiais que trabalhavam em duplas e tinham suas atividades monitoradas por mim e outros quatro monitores, todos civis e estudantes de graduação em cursos como História, Ciências Sociais e Serviço social.

A partir dessa experiência, gradativamente passei a me aproximar e compreender melhor a maneira como a instituição policial militar se organizava no Estado do Rio de Janeiro. Através de diversos intercâmbios, pude observar de que maneira a instituição e seus atores eram auto e heterorrepresentados. Era, por assim dizer, uma espécie de observação direta privilegiada, ainda que despreziosa. Afinal, na época, eu não tinha intenção de desenvolver nenhum estudo específico naquele ambiente.

No fim de 2009, aprovada no processo seletivo para o Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal Fluminense, passei a especular sobre possíveis temas que poderia pesquisar ao longo dos próximos anos. Naquele momento de relativa indecisão, fui surpreendida por um episódio que se revelou crucial para o direcionamento do meu interesse. Se, devido a minha inserção profissional, a instituição policial militar já despertava em mim algum interesse, a partida para o estudo das Unidades de Polícia Pacificadora impôs-se como tema quando, em um evento envolvendo a alta cúpula da segurança pública estadual, pude presenciar o seguinte diálogo:

– *O que você acha das UPPs?*

– *São um sucesso! Você já ouviu alguém falar mal?*

Este pequeno trecho de conversa, em verdade, essas duas frases se destacaram em meio a um interessante colóquio, que ocorria bem ao meu lado e versava sobre a violência na cidade. Pode-se dizer que meu interesse pelas UPPs se deu, mais significativamente, a partir desse episódio. Embora, àquela altura, já soubesse, como todo mundo, da existência das UPPs e acompanhasse com alguma atenção o processo

de implantação das Unidades em distintos territórios da cidade - afinal, há mais de uma década, moro na região que concentra o maior número de UPPs até então implantadas⁸ - aquele alegado sucesso me saltou aos ouvidos e, de alguma maneira, suscitou o desejo de compreender melhor do que se travava.

Motivada, pelo inusitado diálogo, passei a observar de modo mais atento, embora ainda assistemático, o que era publicado pelos jornais de grande circulação da cidade sobre assunto. Isso porque, como assinalam Berger e Luckman (1998), a adequada compreensão da realidade social passa pela investigação da maneira pela qual esta é socialmente construída. Em contextos de grandes capitais, como o Rio de Janeiro, faz-se necessário, portanto, considerar o papel exercido pela mídia que, aliada a outros atores sociais, figura como elemento fundamental na construção, difusão e visibilização do que é socialmente apreendido como real. Esse aspecto é fundamental aqui pois, para entender como as UPPs se vieram a se constituir num "caso de sucesso" (a ponto de resultar em falas como a supracitada), faz-se necessário entender como a temática tem sido retratada na grande imprensa, ou seja, como as UPPs são representadas nas manchetes dos jornais, de que maneira são estampadas as notícias a seu respeito, que tipo de discursos são predominantemente veiculados sobre a questão, etc.

Assim, com o olhar voltado para o noticiário dos mais destacados jornais do Rio de Janeiro, pude perceber que, em certa medida, tais veículos adotavam uma postura claramente consonante com aquela apresentada no diálogo das altas autoridades. Evidentemente, eu não estava deliberadamente interessada em buscar enunciados que contrariassem o que ouvi naquela ocasião. Não interessava

⁸ As UPPs do Morro do Borel, Morro da Formiga, Morro do Andaraí, Morro do Salgueiro, Morro dos Macacos estão situadas no que se convencionou chamar de *Grande Tijuca*, área que compreende os bairros da Tijuca, Alto da Boa Vista, Praça da Bandeira, Maracanã, Grajaú, Vila Isabel e Andaraí, Zona Norte da cidade.

meramente encontrar elementos que viessem a refutar o que me havia sido exposto. Todavia, não pude me esquivar diante da evidência de que, embora as UPPs fossem uma pauta recorrente na grande imprensa carioca, a maioria esmagadora do que era veiculado era feito sem maiores problematizações ou críticas.

Àquela altura, eu ainda não tinha notícias do desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema. Considerei que, talvez, essa espécie de hiato bibliográfico se devesse à então recente implantação das UPPs na cidade. Por outro lado, grande parte do que circulava nos jornais correspondia a pesquisas de opinião, geralmente cercadas de especulação e expectativas otimistas. Encontrei alguns questionamentos, mas, de modo geral, o que vi soava como o ecoar do consenso que, rapidamente, começava a se estabelecer⁹, qual seja o de que "*as UPPs são um sucesso!*".

Foi a partir do reconhecimento da construção social das Unidades de Polícia Pacificadora enquanto um caso de 'sucesso', no âmbito das políticas de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, que decidi apresentar uma primeira proposta de pesquisa para o mestrado. Num primeiro momento, meu objetivo consistia em realizar um mapeamento das representações acerca das Unidades de Polícia Pacificadora. Me interessava investigar os processos de construção, evocação e difusão de representações sociais acerca das UPPs, particularmente no que concernia aos discursos objetivados por agentes e atores sociais que participavam efetivamente de tal processo, contemplando dois contextos distintos para fins de comparação. A proposta foi, então, apresentada e discutida junto ao meu orientador e compartilhada nas reuniões do NUFEP.

⁹ Algumas notícias e reportagens que corroboram essa perspectiva podem ser encontradas no ANEXO, ao final deste trabalho

Meu investimento nas UPPs como universo empírico de pesquisa seguia e, no início de 2010, ainda monitora do CAPPCC, testemunhei algumas mudanças no curso. Uma delas, que considero a principal, fez com que o CAPPCC, que inicialmente operava em distintos Batalhões da Polícia Militar, passasse a compor a grade do Curso de Formação de Soldados – CFSd, no Centro de Formação e Aprimoramento de Praças – CFAP. Esta mudança implicou diretamente na alteração do público alvo do curso que, antes, era composto por policiais já em atividade nos diversos batalhões do estado e, agora, estaria voltado para os aspirantes a praças, alunos do CFAP. À época, o centro de formação contava com um contingente quase exclusivamente masculino que, segundo se veiculava nos bastidores, seria alocado nas Unidades de Polícia Pacificadora. A expectativa de alocação maciça daqueles policiais nas UPPs me pareceu interessante, pois demonstrava a importância dada pelas instâncias estatais ao projeto e, concomitantemente, indicava a orientação de que as UPPs deveriam se estabelecer tendo por base um contingente de novatos, considerado “sem vícios”, como, posteriormente, alardearam os gestores de segurança pública.

Em meio às expectativas e incertezas acerca do projeto de implantação das UPPs, pude acompanhar, *in loco*, parte do processo de formação dos policiais que seriam futuramente alocados nestas Unidades. Sem saber sobre o futuro do projeto, alguns alunos do CFAP compartilharam comigo suas angústias, que em geral giravam em torno da sua futura alocação profissional. Muitos me participaram a decepção de serem lotados em UPPs e não foram poucos os que me disseram que, se tivessem sido informados que iriam compor os seus quadros antes da aprovação no concurso e ingresso no CFAP, certamente haveriam desistido. Tais representações serão discutidas mais adiante, em seção mais apropriada, onde dou maior atenção às

representações veiculadas no contexto de minha experiência profissional junto aos policiais.

Ainda em 2010, cada vez mais focada nas UPPs, participei de alguns seminários, li artigos e acompanhei debates promovidos em torno do projeto de implantação das Unidades no Rio de Janeiro. Naquele contexto, observei a movimentação de sociólogos, antropólogos, assim como de outros tantos pesquisadores e gestores de segurança pública que apresentavam suas pesquisas e discutiam aspectos referentes ao projeto. Este movimento começava a preencher o hiato bibliográfico a que me referi anteriormente. Era possível identificar o despontar de iniciativas que visavam problematizar a chegada das UPPs em vários territórios da cidade e os seus desdobramentos nos mais diversos domínios, fossem eles no campo da segurança pública, das relações interpessoais ou quaisquer outros. Passei, então, a me interessar e acompanhar de forma atenta alguns destes trabalhos.

Em outubro de 2010, meu contrato com a ONG Viva Rio acabou. Uma vez que deixei de monitorar o CAPPC e, assim, encerrei o meu contato profissional com a Polícia Militar, passei a me dedicar exclusivamente à pesquisa do Mestrado. Entretanto, passado curto período, recebi um convite da mesma equipe com a qual havia trabalhado, agora para participar de um novo projeto: um curso dirigido a policiais lotados em Unidades de Polícia Pacificadora, denominado *Curso de Saúde Preventiva e Assistência à População de Áreas Pacificadas*. O curso, também realizado a partir de parceria entre a ONG Viva Rio e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), era voltado exclusivamente para policiais que já atuavam em Unidades de Polícia Pacificadora e apresentava como eixos centrais temáticas voltadas para prevenção da violência e atendimento à população, a partir de seis módulos: *Introdução ao Funcionamento da Rede de Proteção Social; Primeiros*

Socorros e Atendimento Emergencial; Prevenção às Drogas e Redução de Danos; Saúde Física e Emocional do Policial; Gestão do Espaço Urbano e Gênero, Juventude e Sexualidade.

O objetivo do curso era promover a ampliação da visão policial acerca das ações na área de segurança pública, procurando, assim, superar a perspectiva estritamente belicista e punitivo-repressiva por meio do incentivo a práticas que viessem promover a aproximação dos policiais com os moradores dos territórios sob pacificação. Durante a minha permanência no quadro de instrutores do curso, fui responsável pelo Módulo de *Gestão do Espaço Urbano*. A oportunidade se mostrou de grande valia, não só em termos profissionais, mas sobretudo para a realização da pesquisa, pois me colocava em contato direto não mais com aspirantes, mas com policiais que já exerciam suas funções em UPPs e que, portanto, poderiam me informar sobre o trabalho que vinham realizando em tais contextos. Essa experiência será discutida mais adiante, em outra parte deste trabalho, na qual trato da formação do policiais lotados nas UPPs.

Durante todo o processo de planejamento e execução da pesquisa, me dediquei a estabelecer estratégias que me levassem às UPPs. Por certo, o curso operou como uma das mais eficientes entradas nesse universo. Para além de operar como uma das vias de acesso ao campo, ele possibilitou, ainda, o acesso às representações dos policiais sobre o ‘fazer policial’ e as UPPs num ambiente externo às Unidades, uma vez que, durante a sua realização, o contato com os alunos se dava além-muros da instituição militar, isto é, no espaço da ONG. No decorrer de inúmeras conversas e interações proporcionadas pelo curso, pude ter acesso a uma gama de representações que, ora convergiam, ora confrontavam o discurso oficial ou o que, a esse respeito, era difundido pelos veículos midiáticos. Naquele ambiente, foram recorrentemente

endereçadas críticas ao projeto das UPPs e ao governo do estado, assim como à atual política de segurança pública, como um todo. Pude dialogar com os alunos sobre o papel da polícia nos contextos em que atuam, sobre as rupturas, os limites e avanços propiciados pela adoção de políticas públicas como aquela, considerando, particularmente, as relações entre os operadores de segurança e as populações locais. Embora parcial (por se tratar da visão de um grupo de policiais), a perspectiva que me era recorrentemente apresentada contribuiu para um exercício inicial, a partir do qual busquei apreender e cotejar as informações obtidas. Foi, aliás, durante uma das minhas aulas no Módulo de *Gestão do Espaço Urbano* que fui informada sobre a existência dos *Centros de Mediação de Conflitos*, uma “nova tecnologia” social¹⁰ que vinha sendo implementada em áreas sob domínio das UPPs.

Numa ocasião, durante uma das aulas, um aluno mostrou-se particularmente irritado com a obrigatoriedade de sua presença nas instruções do curso e, a certa altura, me interpelou sobre a importância, a ‘utilidade’ de atividades como aquela. Questionamentos daquele tipo eram comuns durante minhas aulas e coadunavam-se com situações já identificadas por outros pesquisadores, nas quais há uma manifesta exaltação do saber prático policial em detrimento daquilo que classificam como saber teórico¹¹. O aluno em questão criticava o fato de que, com a chegada das UPPs, os policiais estavam sendo “obrigados” a exercer uma série de atividades que, a seu ver, excediam ou não tinham a ver com o “trabalho da polícia”. Dentre elas, estava, é claro, o comparecimento a cursos como o que eu ministrava, além de um outro, oferecido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, chamado Curso de Mediação de Conflitos.

¹⁰ Durante as entrevistas, era comum os policiais se referirem ao Centro de Mediação como uma nova tecnologia para resolução de disputas e administração de conflitos.

¹¹ Para uma visão mais aprofundada da questão, Cf. Kant de Lima (1995).

Fiquei curiosa e me pus a buscar maiores informações sobre tal curso, cuja existência até então desconhecia. O mesmo aluno me informou que policiais eram escalados para fazer o curso junto ao Tribunal de Justiça para, após a sua conclusão, exercerem a função de mediadores de conflitos em Centros de Mediação instalados nas UPPs. “Um absurdo!”, dizia ele. Tratava-se, segundo a sua perspectiva, de uma função “extra-policial” que deveria ser desempenhada por um “outro profissional”, já que “aquele não era o trabalho da polícia”, ainda mais naquelas localidades. Diante da situação, me vi diante da seguinte questão: *afinal, qual seria o trabalho da polícia, já que não era aquele?*

A esse respeito, com base em sua experiência no Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense, Guedes (2008) teve a oportunidade de interagir durante considerável período de tempo com os alunos, majoritariamente policiais, o que lhe permitiu desenvolver um novo olhar sobre a corporação e, por corolário, entender a relação entre a construção de saberes profissionais e a “função classificatória” da Polícia Militar. Em certa medida, pode-se dizer que algo parecido se passava comigo, posto que a interlocução com os alunos foi, paulatinamente, me tornando acessível uma série de informações e interpretações sobre o fazer policial, informações essas significativamente vindas à tona diante da iminência de adoção de um novo modelo de policiamento.

Certo dia, aguardei o término da aula para, em conversa informal, tocar no assunto com um outro aluno. Para minha surpresa, este demonstrou-se bastante indignado já que, segundo a sua apreciação, agora, com a chegada das UPPs, o policial teria se tornado “o segurança do morro, aluno de ‘cursinho’ e obrigado a mediar conflitos de favelados”. Segundo tal representação, partilhada por diversos

outros policiais matriculados no curso, o papel de mediador de conflitos em áreas ocupadas por UPPs não correspondia propriamente a uma função policial, o que, para alguém interessado no assunto, como era o meu caso, se revelava uma questão instigante e capaz de erigir-se em um objeto de estudo que, como tal, demandava um olhar mais atento.

Naquele mesmo período, fui informada de uma oportunidade de bolsa, em nível de mestrado, para o desenvolvimento de pesquisa sobre meios capazes de interferir positivamente no desempenho do judiciário¹². Como se o destino tivesse orquestrado ao meu favor, encaminhei uma proposta para a concessão de bolsa e tal proposta foi aceita. Assim, se antes meu interesse girava em torno dos processos de construção, evocação e difusão de representações acerca das UPPs, de uma maneira ampla, a observação e interlocução realizada no decorrer do curso fez com que eu redirecionasse o foco e me interessasse, mais especificamente, pelos discursos, representações e práticas policiais direta ou indiretamente relacionados aos Centros de Mediação instalados em UPPs.

Naquele contexto, parecia interessante analisar não só as representações e práticas policiais, mas também como pensavam e (re)agiam os diversos agentes e atores sociais que recorriam aos serviços dos Centros de Mediação. O foco do estudo passou, assim, a ser dirigido também aos modos como os diversos conflitos, uma vez encaminhados a tais centros, eram recebidos, classificados e tratados pelos policiais. Para realizar a pesquisa, passei a me ocupar dos processos de administração institucional de conflitos levados a cabo em um Centro de Mediação específico: o do Morro da Formiga. Assim, a partir da utilização de técnicas de pesquisa inerentes ao campo da antropologia, busquei analisar as representações e práticas acionadas pelos

¹² O projeto, intitulado *Instrumentos de Interferência no Desempenho do Judiciário*, foi desenvolvido com o apoio da CAPES/CNJ, no âmbito do Edital CNJ Acadêmico N°020/2010/CAPES/CNJ.

diversos atores em jogo, de modo a observar os impactos dos novos arranjos e dispositivos de administração institucional de conflitos adotados em um território submetido à *política de pacificação*. A seguir, detalho ao leitor a metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos.

METODOLOGIA

Fruto de pesquisa etnográfica, este estudo buscou tratar dos discursos, práticas, estratégias e inovações institucionais, assim como das mudanças normativas e gerenciais que acompanham os arranjos trazidos pela presença permanente da Polícia Militar em um favela do Rio de Janeiro. Sob uma perspectiva que buscou privilegiar o ponto de vista nativo (GEERTZ, 1997) e, ao mesmo tempo, considerar as relações de força e as representações dominantes no campo (BOURDIEU, 2002), objetivou-se interpretar como são definidas as relações entre a polícia e os moradores da localidade a partir da análise dos processos de administração institucional de conflitos desenvolvidos no âmbito de um Centro de Mediação instalado em uma Unidade de Polícia Pacificadora.

Cabe dizer que este estudo não se interessou por avaliar categorias profissionais, programas ou políticas públicas com base em juízos de valor subjacentes a pares dicotômicos, tais como “eficiente x ineficiente”, “bom x ruim” (MACHADO DA SILVA, 2010). A ideia era a de evitar a todo custo incorrer no estabelecimento de uma visão moralizadora face ao objeto de pesquisa. Assim, aliando o levantamento bibliográfico ao trabalho de campo, buscou-se traçar um panorama geral sobre o processo que culminou na implantação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro para, em seguida, discutir o modo como vem

se dando a relação entre o policiamento de proximidade e os “institutos alternativos” de justiça adotados nos ditos territórios “pacificados”.

Em fase preliminar, realizei visitas exploratórias a UPPs situadas em distintos territórios da cidade. Nestas visitas, pude conversar informalmente com policiais, moradores e observar, ainda que superficialmente, a sua dinâmica de funcionamento. Feito esse mapeamento inicial, optei, agora definitivamente, por desenvolver a pesquisa no primeiro Centro de Mediação de Conflitos implantado em uma Unidade de Polícia Pacificadora. Em abril de 2011, após os primeiros contatos para viabilização da pesquisa, iniciei a fase de campo, que se estendeu até fevereiro de 2012. Com o objeto delimitado, material bibliográfico reunido e *locus* definido, passei, então, a visitar regularmente o Morro da Formiga, sua UPP e seu Centro de Mediação.

Durante o trabalho de campo, foi possível realizar entrevistas com vinte e três policiais, dentre praças e oficiais, e vinte e cinco moradores da localidade, além de gestores de segurança pública, membros do Poder Judiciário e do Poder Executivo. Posso dizer, portanto, que este trabalho se estruturou a partir de três planos discursivos: o dos policiais, o discurso dos Moradores do Morro da Formiga, por fim, o discurso das autoridades que de alguma forma se vinculam ao projeto de implantação e estabelecimento das UPPs. Além das entrevistas, busquei acompanhar a rotina de alguns interlocutores na medida e segundo as condições em que isso me era permitido. Nesse sentido, um dos grandes desafios da pesquisa consistiu em acompanhar diretamente algumas práticas policiais, sobretudo, aquelas desenvolvidas no Centro de Mediação de Conflitos. Apesar das interdições, procurei lançar um olhar sobre os múltiplos, variados e heterogêneos resultados das interações desenvolvidas entre policiais e moradores da Formiga, objetivando, com isso, realizar uma

observação que pudesse ser feita *de perto e de dentro* (MAGNANI, 2002), de modo a, por em evidência os arranjos dos atores, a maneira como se utilizam dos espaços e recursos disponíveis, como representam o território em questão, enfim o modo se relacionam entre si e desenvolvem suas práticas e discursos, uns em relação aos outros.

Como dito, uma vez que a observação direta era intensamente negociada, participei somente do que me era consentido por meus interlocutores, o que acabou por se revelar algo interessante, posto que me levou, ainda que por caminhos tortuosos, a refletir sobre a importância do não dito, do não revelado, enfim do segredo na consecução de uma pesquisa etnográfica. Em um campo empírico permeado de interdições, percebi que, tão importante quanto tratar do que era explicitado, era considerar como igualmente relevante o que era silenciado, omitido, escondido. Sendo assim, fala e silêncio foram igualmente encarados como formas de discurso, levando-me, por conseguinte, a considerar mais atentamente questões, tais como o que, naquele contexto, poderia ser pesquisado? Quem pode realizar a pesquisa? Quem está autorizado a dar informações e sobre que questões? Quem detém o monopólio do acesso a determinadas informações? etc.

Por vezes, utilizei o gravador como instrumento de pesquisa. Entretanto, o registro da maioria das entrevistas se deu sem a utilização desse recurso. Nos raros momentos em que recorri ao gravador, o fiz sempre com a autorização dos meus interlocutores. Curiosamente, pude perceber que alguns se incomodavam com a possibilidade de ter suas falas registradas. Outros, pelo contrário, pareciam se sentir ‘prestigiados’ quando isso acontecia. Era como se sentissem valorizados ao ter suas falas gravadas, pois de alguma forma, segundo tal perspectiva, ser entrevistado

denotava prestígio, importância, relevância pessoal e social. Em geral, os que solicitavam a não gravação pareciam temer que o material fosse veiculado e, com isso, pudessem vir a sofrer algum tipo de sanção.

Em consonância com o que foi dito, assinalo, portanto, que este estudo não pode ser classificado como uma etnografia dos processos de administração institucional de conflitos em um Centro de Mediação, mas sim como uma etnografia das representações sobre os processos de administração institucional de conflitos desenvolvidos em uma Unidade de Polícia Pacificadora instalada em uma favela do Rio de Janeiro que, no caso, dispõe de um Centro de Mediação de Conflitos, considerando-se, mais particularmente, as possibilidades e limites impostos à observação, *in loco*, do seu *modus operandi*.

Quanto à estrutura, além da introdução e das considerações finais, a dissertação conta com quatro capítulos. No primeiro, intitulado "Favelas, violências e conflitos", procuro mostrar como a discussão envolvendo a implantação de Unidades de Polícia Pacificadora impõe a necessidade de revisitar velhos temas, como as representações sobre as favelas no Rio de Janeiro e a relação histórica da polícia com os seus habitantes. No segundo capítulo, intitulado "Policimento de proximidade e a chegada das UPPs na cidade", apresento brevemente ao leitor os fundamentos do que se convencionou chamar de "policimento de proximidade", posto que, formalmente, eles devem orientar as ações no interior das diversas Unidades de Polícia Pacificadora. Em seguida, traço um panorama geral do processo que culminou com a chegada das UPPs a distintos territórios da região metropolitana do Rio de Janeiro. No terceiro capítulo, intitulado "Trabalho de Formiga: o morro, seus atores e sua UPP", descrevo o campo empírico onde foi realizada a pesquisa para, consecutivamente, apresentar os atores locais, as suas práticas e discursos sobre a

dinâmica de funcionamento da UPP. Por fim, no quarto e último capítulo, intitulado "Dos tribunais do tráfico à mediação de conflitos", apresento dados etnográficos e, que trata, sobretudo, das representações dos moradores e dos policiais lotados na UPP acerca dos períodos pré e pós-implantação da "política de pacificação", procurando, com isso, identificar propaladas perdas, ganhos, limites e potencialidades trazidas com a nova conjuntura, sem no entanto pretender traçar um caminho evolutivo entre um e outro momento.

CAPÍTULO I

FAVELAS, VIOLÊNCIAS E CONFLITOS

Em todos os campos do conhecimento, sabe-se que o processo de construção de um problema de pesquisa não constitui tarefa simples. Nesse sentido, o sociólogo Pierre Bourdieu (2002; p.34) assinala que, especialmente no que diz respeito a determinados temas, construir um objeto científico significa:

“ antes de mais e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições.”

No caso em tela, pode-se dizer que desenvolver um estudo sobre as representações e práticas no que concerne aos processos de administração institucional de conflitos em uma Unidade de Polícia Pacificadora exigiu lidar, não só com um campo crivado de interdições e limites, mas também com, ao menos, três temas gerais que, de um modo ou de outro, perpassavam o meu objeto de estudo e, há algum tempo, tornaram-se *problemáticas obrigatórias*¹³, inclusive, no meio acadêmico-científico brasileiro, dada a sua relevância social e política. São elas: as favelas, as violências e os conflitos.

¹³ Bourdieu (2001) explica que, “cada sociedade, em cada momento, elabora um corpo de problemas sociais tidos por legítimos, dignos de serem discutidos, públicos, por vezes oficializados e, de certo modo, garantidos pelo Estado”. A noção de *problemática obrigatória* refere-se às temáticas prevaletentes nas abordagens e discussões de um dado contexto sócio-histórico que, como tais, fazem parte de um “repertório de lugares-comuns” ou “conjunto de questões obrigatórias que definem o campo cultural de uma época” (BOURDIEU, 2001, p. 207).

Por diversas razões, a cidade do Rio de Janeiro tem assumido atualmente posição de destaque no contexto nacional e internacional. Vivendo um momento de expectativa quanto aos megaeventos transnacionais que receberá nos próximos anos, nota-se que agenda da cidade impõe uma série de demandas de infraestrutura urbana e segurança pública, o que, na verdade, revela a existência de problemas estruturais já conhecidos por seus habitantes e turistas há, pelo menos, algumas décadas. Sendo assim, não há como tratar de temas, como o atualmente celebrado modelo de ação policial implantado com as UPPs, sem considerar, paralelamente, alguns outros que têm sido representados sócio-historicamente como problemas sociais, o que, por corolário, carrega uma forte carga de sentimentos, de moralidades e, não raro, de preconceitos que podem, inclusive, comprometer as análises empreendidas a seu respeito.

Antes mesmo de ir a campo, pude ter acesso a certos discursos sobre a chegada das UPPs à cidade do Rio de Janeiro que justificavam a sua implantação com base em representações estáticas sobre as favelas, muitas das quais apresentando contornos arcaicos que soavam como se retiradas de folhetins do século XIX. No mesmo sentido, foi possível, ainda, tomar conhecimento de visões já bastante consolidadas sobre o "a violência" carioca e sua relação de interdependência com as dinâmicas sócio-criminais desenvolvidas no interior das favelas.¹⁴ Frequentemente, me deparei com pré-noções sobre as especificidades dos conflitos deflagrados em tais áreas da cidade e não demorei muito a entender o quanto tais representações eram utilizadas, no passado recente, para justificar as medidas de combate até então

¹⁴ Certa vez, em conversa com amigos, falávamos sobre a chegada das UPPs na cidade. A namorada de um deles, moradora do Leblon, bairro nobre situado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, disse apoiar a implantação das UPPs, pois seriam elas a solução para a "violência que vem do Morro". Afirmarões como essas reproduzem, no século XXI, discursos amplamente divulgados e sustentados nos séculos XIX/XX.

empregadas e, no presente, para legitimar a adoção da política de pacificação dirigida (até aqui, exclusivamente) aos territórios de favela.

REPRESENTAÇÕES DAS FAVELAS CARIOCAS

“Favela no Rio de Janeiro sempre foi um problema... A cidade está tomada por favelas... tem na Zona Sul, na Zona Norte, Baixada... Muita pobreza, gente vivendo mal, comendo mal, sem estudar, sempre foi assim e ainda é... Tiroteio entre polícia e bandido, bandido e bandido, muita violência... Não to falando que só tem coisa ruim, mas você vê criança brincando na rua do lado de boca de fumo, droga comendo solta e criança vendo tudo... Em casa o pai sem emprego, sem dinheiro, não tem comida direito... Aí já viu! O tráfico pega pra criar... Vira logo soldadinho deles... Hoje, qualquer olheiro, ‘traficantezinho’ de favela fraca, ganha mais que um pedreiro, que o cara da padaria por dia... favela de uns tempos pra cá virou fábrica de ganso¹⁵... não é difícil ver meninos de 12 anos armados...”

(Soldado da UPP do Morro dos Macacos, grifos meus)

Entrecortando a cidade e compondo o seu cenário, há décadas as favelas se fazem presentes, não só fisicamente, mas também no imaginário social de quem mora, visita ou apenas ouve falar do Rio de Janeiro. No início do século XX, o termo *Favela* não era utilizado de modo substantivo. Pesquisadores diversos¹⁶ apontam que a

¹⁵ Ganso é um termo utilizado no jargão policial para se referir a indivíduos que são considerados antigos ou atuais “funcionários do tráfico”, assim como àqueles que já possuem registro, ficha criminal na polícia, as ditas “passagens”.

¹⁶ Cf., por exemplo ver os trabalhos de Lícia do Prado Valladares.

representatividade de um morro específico, à época, o *Morro da Favella*, fez com que se substantivasse aquilo que era apenas uma vegetação rasteira típica da região de Canudos e que dava nome ao tal morro. Com o tempo e a referência recorrente, o termo *Favella* passou a designar territórios que apresentavam características semelhantes, leia-se, carência de serviços públicos, habitações irregulares, insalubres e população majoritariamente pobre. Burgos (2005) explicou que, para além de um aglomerado habitacional, a favela

“exprime uma configuração ecológica particular, definida segundo um padrão específico de relacionamento com a cidade. Um aglomerado habitacional transforma-se em “favela” à medida que desenvolve um microssistema sociocultural próprio, organizado a partir de uma identidade territorial, fonte de um complexo de instituições locais que estabelecem interações particularizadas com as instituições da cidade” (BURGOS, 2005, p. 190).

Entre consensos e dissensos (e a despeito de toda a heterogeneidade que há, de fato, entre elas), nota-se que as favelas costumam ser preferencialmente representadas por discursos que ressaltam as suas mazelas sociais e o perigo, aí considerado iminente. Não raro, estudiosos remetem a gênese das favelas cariocas à derrubada dos cortiços, ainda no fim do século XIX e início do século XX. À época, vistos como verdadeiros ‘infernos sociais’, tais habitações eram representadas como antros da vagabundagem, favorecedores das epidemias e crimes que perturbavam a então capital da república, ameaçando sua ordem moral e social, comprometendo seu desenvolvimento (VALLADARES, 2000).

Com a adoção de ideias liberais, em virtude da política republicana que ora se estabelecia, a cidade do Rio de Janeiro passava por um processo de reorganização

sócio-política e, também, espacial. Nomeada Capital desde a chegada da Corte, era possível observar o crescente movimento em prol da industrialização e urbanização da cidade, numa clara tentativa de atribuir a ela avançados contornos inspirados nas grandes cidades européias. Em meio às mudanças em curso, a capital e sua população lidavam com os efeitos decorrentes da libertação dos escravos, uma massa, agora liberta e pobre, que se deslocava dos engenhos para a cidade e chocava os antigos habitantes com seus hábitos e costumes.

Silva (2010) aponta que, naquele período, uma forte demanda por vigilância das massas começou a ser desenvolvida, dado o receio provocado pela proximidade com as então consideradas “classes perigosas”. Naquele período, observava-se um incremento nas exigências de aplicação da lei e da ordem em virtude das condutas criminosas que a elas eram atribuídas. Num claro sinal de que era preciso vigiar e punir as classes perigosas, segmentos sociais abastados clamavam por mais medidas de repressão e de controle social. Uma das primeiras medidas repressivas adotadas pelo governo (e amplamente apoiada pelas elites locais) foi a proibição da construção de novos cortiços. Respaldados por discursos médico-sanitaristas, o objetivo era cercear a proliferação destas habitações para que, posteriormente, pudesse ser posto em prática um plano maior, o de sua erradicação. O raciocínio da época era relativamente simples: sem novos cortiços a construir, restaria às autoridades cariocas, apenas, demolir os existentes. Isso eliminaria o foco de concentração das “classes perigosas”, ao mesmo tempo que solucionaria os diversos problemas que se lhes acompanhavam.

Um verdadeiro “bota a baixo”, comandado pelo prefeito Pereira Passos, foi posto em ação ainda no início do século XX. Com cortiços ao chão, seus moradores, sem habitação, se puseram a erguer novas construções em outras partes da cidade.

Não obstante, como assinala Silva (2010), a Reforma Pereira Passos não só deixou de cumprir com o seu propósito sanitarista, como influenciou diretamente na ocupação desordenada do espaço urbano carioca. Ao passo que os cortiços eram demolidos e os "entraves" ao desenvolvimento, aparentemente, removidos, as populações remanescentes eram relegadas à própria sorte e ao improviso, dando prosseguimento às suas vidas sob condições precárias. Surgiam, assim, as primeiras favelas da cidade do Rio de Janeiro.

A visão do abandono em relação às favelas pode ser ilustrada pela crônica de Olavo Bilac, datada de 1908¹⁷, na qual o Rio de Janeiro é sintomaticamente definido como uma aglomeração de cidades permeadas por outras tantas “subcidades”, territórios:

“onde vive a nossa gente mais pobre, denso formigueiro humano [...] É essa a mais original de nossas subcidades [...] a mais original e a mais triste. Algumas ladeiras desses morros não conheceram nunca, por contato, ou sequer de vista, uma vassoura municipal. Em muitas delas, apodrecem lentamente ao sol, durante semanas e semanas, sob nuvens de moscas, cadáveres de galinhas e de gatos.”

¹⁷ A crônica de Olavo Bilac, intitulada “Fora da vida”, embora datada de 1908, foi publicada também no livro "Ironia e Piedade", em 1916, pela editora Francisco Alves. Disponível em: http://www.opandeiro.net/cursos/apostilas/rio/favelas_parte2.pdf

Já, nos anos 20, Benjamin Costallat, bacharel em Direito e Jornalista, em crônica sobre uma favela carioca¹⁸, afirmava que, dadas as suas particularidades e vicissitudes, a mesma correspondia a:

*“[...] uma cidade dentro da cidade. Perfeitamente diversa e absolutamente autônoma. Não atingida pelos regulamentos da prefeitura e longe das vistas da Polícia. Na Favela ninguém paga impostos e não se vê um guarda civil. Na Favela, é a lei do mais forte e do mais valente. **A navalha liquida os casos.** E a coragem dirime todas as contendas. **Há muito crime, muita morte, porque são essas as soluções para todos os gêneros de negócios – os negócios de honra como os negócios de dinheiro.** Na Favela, não há divórcios, porque ninguém se casa. **Não se fazem contratos.** Não há inquilinos, nem senhorios. Não há despejos. Se o inquilino é mais forte do que o senhorio, o aluguel nunca é pago. Se o senhorio for mais valente, então, sim, a casa é paga, pontualmente, todos os começos do mês... **É a lei de inquilinato da Favela! A bofetada e a navalha resolvem tudo...** É natural que os valentes e os malandros procurem a Favela, como uma moradia ideal. É um refúgio e um paraíso”.*

(Grifos meus)

A imagem da favela construída a partir da falta ou da carência de aspectos passíveis de posituação encontra-se, também, na supracitada crônica de Bilac, que

¹⁸ Benjamin Costallat (1897-1961) escreveu uma série de crônicas encomendadas pelo *Jornal do Brasil* acerca dos "subterrâneos da cidade do Rio de Janeiro" e que foram publicadas, em 1924, sob o título de "Mistérios do Rio". A crônica e questão tem como título "A favela que eu vi" e está disponível para consulta em: http://www.opandeiro.net/cursos/apostilas/rio/favelas_parte2.pdf

endossou a definição deletéria das populações residentes em tais territórios. Segundo ele, estas tinham:

“[...] quase todas esse ar de apática indiferença que vem do largo hábito da miséria e do desânimo. Indiferença por tudo, pelo prazer e pelo sofrimento, pela vida e pela morte... Há nesses morros muita gente que nada sabe do que se passa cá embaixo, e cujo espírito só tem como horizonte vital o espaço limitado por duas ou três ladeiras tortuosas e sujas.”

À medida que se constituíam, representações desse tipo eram rápida e amplamente difundidas. Na década de 1930, com as favelas já em franco crescimento, o ‘medo branco’¹⁹ inflamava um movimento em busca de respostas para aquele que, então, se apresentava como o grande problema do período: como lidar com as favelas? O francês Alfred Agache²⁰, por exemplo, acusava o perigo representado pelas favelas em seu *plano de extensão, remodelação e embelezamento do Rio de Janeiro*. Nele, o autor ratificava os discursos anteriores, classificando estes territórios como *“uma espécie de cidade-satélite de formação espontânea que escolheu, de preferência, o alto dos morros, composta, porém, de uma população meio nomada, avessa a toda e qualquer regra de higiene”* (AGACHE; 1932 p.26). Sem delongas, vaticinava em seus escritos que *“os poderes públicos deverão esforçar-se afim de impedir toda construção estável e definitiva nas favellas”*, pois via nestas *“uma das*

¹⁹ Termo utilizado por historiadores ao retratar os receios e temores das elites cariocas quanto aos hábitos, costumes e práticas da população pobre e dos escravos libertos no século XIX/XX.

²⁰ Arquiteto francês e um dos fundadores da Sociedade Francesa de Urbanistas, foi responsável por desenvolver planos de urbanização para as cidade do Rio de Janeiro, Recife, Curitiba e Porto Alegre.

chagas do Rio de Janeiro”, contra a qual o Estado deveria “*num dia muito próximo, levar-lhe o ferro cauterizador*” (idem, p.250 e 257).

Parecendo ter dado ouvidos aos conselhos de pensadores como Agache, o Estado, através do *Código de Obras* (1937), reconhecia, formalmente, a alegada situação marginal das favelas e, por meio de uma série de medidas administrativas²¹, proibia a criação de novas favelas, propondo-se, ainda, a administrar e controlar o crescimento das já existentes. Evidentemente, o pensamento político da época objetivava, tal qual foi feito com grande parte dos cortiços, a eliminação destes territórios de pobreza. O pensamento majoritário das elites e autoridades locais defendia que, para prosperar, a cidade deveria funcionar como um todo ordenado, de modo que tudo o que fosse alheio, contrário à ordem que se visava estabelecer, era encarado como um mal e todo mal que, de algum modo, pudesse contribuir para o insucesso do plano traçado, deveria ser cirurgicamente extirpado (VALLADARES, 2000). Deste modo, ações para reprimir, vigiar e disciplinar estes "territórios de pobreza" e as "classes perigosas" que neles habitavam foram pensadas e executadas, sendo a polícia e outras instituições não-estatais (como a Igreja Católica, por exemplo), órgãos deliberadamente mobilizados para esse fim. De acordo com a

²¹ O “Art. 349 – A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida” - “**1º Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção**” – “2º A Prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscais, da Diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance **para impedir a formação de novas favelas ou para ampliação e execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição dos novos casebres**, daqueles em que for realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas” . - “7º Quando a Prefeitura verificar que existe exploração de favela pela cobrança de aluguel de casebres ou pelo arrendamento ou aluguel do solo, as multas serão aplicadas em dobro” (...) - “8º A construção ou armação de casebres destinados à habitação, nos terrenos, pátios ou quintais dos prédios, fica sujeita às disposições deste artigo” . - “9º A Prefeitura providenciará como estabelecer o Título IV do capítulo XIV deste **decreto para a extinção das favelas e a formação, para substituí-la, de núcleos de habitação de tipo mínimo**” (Código de Obras, 1937, grifos meus)

perspectiva dominante, dadas as suas condições de existência e reprodução, as favelas e suas populações eram concebidas como dignatários de tutela, posto que amorais e incapazes, logo, necessitados de orientação.

No fim dos anos 50, a *Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais* (SAGMACS) realizou a primeira grande pesquisa sobre as favelas do Rio de Janeiro. Em estudo intitulado *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, a SAGMACS levantou diversos problemas referentes a estes territórios e concluiu, na contramão do que supunha o senso comum, que as respectivas soluções deveriam ser buscadas pelos seus próprios habitantes. Nesse sentido, a SAGMACS propunha que todo e qualquer melhoramento nestes territórios deveria ser desenvolvido pelas próprias populações locais, dado que estas seriam as primeiras interessadas na questão e, o mais importante, estariam “*imunes à influência política*”. As autoridades estatais, por sua vez, poderiam até contribuir sem, no entanto, assumir para si os encargos das ações, dado que, segundo o estudo, até ali, tal prática mostrara-se de reduzida eficácia.

Seguindo estas diretrizes, os pesquisadores da SAGMACS propunham a criação de um órgão específico, o *Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas* (SERFHA), que seria responsável por implementar políticas mais flexíveis com relação a estes territórios. À primeira vista, a proposta da SAGMACS soava inclusiva, uma vez que dizia que as populações das favelas não poderiam mais ser encaradas como alvos passivos de planos vindos do exterior. A visão do SERFHA parecia, assim, apontar para a negação do favelado como um incapaz, mero pobre coitado e necessitado de assistência, tal qual preconizado por instituições como a Igreja Católica. De acordo com a nova perspectiva, as populações das favelas seriam capazes de reconhecer os seus próprios problemas e pensar

possíveis soluções para eles. Por conseguinte, cabia a elas organizar associações e nomear representantes que se reuniam com os integrantes do Serviço para orientações quanto a estes e outros assuntos correlatos. Embora as diretrizes do SERFHA indicassem a possibilidade de empoderamento por parte daquelas populações, na prática, aquele modelo de ação facultava uma intervenção direta do Estado na dinâmica organizacional das favelas. Se, antes, instituições como a Igreja Católica atuavam de modo paternalista nestes territórios, levando a eles a assistência e os princípios morais de que supostamente necessitavam, com o SERFHA o Estado poderia arvorar-se tutor destes territórios e de suas populações, podendo, então, convocá-las e indicar, sempre que julgasse necessário, aquilo que considerava que deveria ser feito.

Já nas décadas de 70 e 80, um outro elemento se apresenta enquanto importante fator de significação das favelas e de construção das representações sobre a "violência urbana": a inclusão do Brasil na rota de exportação de cocaína para a Europa e Estado Unidos. Como destaca Silva (2010), a presença brasileira no mercado internacional da droga e a entrada e saída da mercadoria pela cidade do Rio de Janeiro possibilitou a consolidação de um mercado interno que levou não só a cocaína às bocas-de-fumo, como produziu novos efeitos de percepção social à medida que relacionava o mercado varejista de drogas com representações de violência e criminalidade. Tudo indica que, a estruturação de um mercado varejista de distribuição de drogas (especialmente, de cocaína) acabou por operar como uma espécie de marco divisor das leituras sobre a propalada intensificação da criminalidade e da violência na cidade, assim como sobre o papel estratégico que, nesse sentido, coube às favelas e seus habitantes.

Como assinalava Silva (Idem), a partir do momento em que a cocaína passou a ser comercializada nas 'bocas-de-fumo', a necessidade de estruturação da oferta do

produto se impôs, acarretando, conseqüentemente, o confronto entre grupos páramilitares pelo domínio territorial dos pontos de venda, geralmente, situados em favelas. Com isso, tais territórios passaram a ser representados como o palco principal de objetivação do chamado *crime negócio* que, conforme Zaluar (1999), corresponde a um tipo específico de ilegalismo cujas ações giram, fundamentalmente, em torno do contrabando de armas e drogas. Condutas criminosas dessa ordem teriam avançado significativamente, influenciando, pois, as representações sobre de crescimento da violência que, a partir de então, transbordaria das favelas e far-se-ia sentir em toda a região metropolitana da cidade.

A ideia de que as 'classes perigosas' encontravam-se fixadas nas favelas era, assim, mais uma vez reforçada e as demandas por repressão e incremento na segurança pública, por sua vez, ganhavam novo impulso. Não tardou para que as favelas passassem a ser genericamente representadas como territórios dominados por grupos armados, mormente vinculados ao tráfico de drogas. Como numa espécie de efeito perverso, embora fizessem parte da cidade, tais territórios eram cada vez mais vistos com estranhamento e, por corolário, socialmente destacados do tecido social. Isto estimulou uma gama de estudiosos a dirigir os seus esforços para a investigação das formas como se dão as relações entre as favelas e os demais territórios da cidade, o que, entre outros resultados, levou à problematização do mito da "cidade partida", de Zuenir Ventura, mito este que opõe de forma simplista e dicotômica o morro e o asfalto.

Na década de 80, Zaluar (1985) apontou para uma espécie de ciclo discriminatório com relação aos habitantes de territórios pobres. Segundo a autora, a discriminação não se limitou às formas de atuação do Estado (atuação esta muitas vezes limitada às ações policiais), estendendo-se às oportunidades de emprego e à

própria construção de identidades. Os territórios pobres, em geral, e as favelas, em particular, foram recorrentemente representados por perspectivas de negatividade social, o que fez com que seus habitantes fossem encarados sob uma ótica fundamentalmente tutelar, que os estigmatizava e, assim, justificava ações de vigilância e repressão. Visões desta natureza fomentaram a criação de tipos sociais estereotipados, tais como o “favelado”, o “morador de comunidade”, o “vagabundo”, o “Ganso”, entre outros, o que fez com que às já manifestas distâncias físicas e estruturais, se juntassem as distâncias sociais que se interpõem, no presente e no passado, entre as favelas e a dita sociedade envolvente.

CAPÍTULO 02

O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE E A CHEGADA DAS UPPS NA CIDADE

Não é de hoje que se ouve falar sobre o chamado modelo de policiamento de proximidade. Entre as décadas de 60 e 80, em virtude de uma série de distúrbios civis e críticas à atuação policial, observou-se diversas inovações promovidas por instituições policiais de países da Europa Ocidental e América do Norte. Com características próprias, cada país adotou modelos de policiamento que priorizavam a proximidade entre os agentes de segurança pública e população, o dada a sua filosofia de distanciamento característico das ações policiais tradicionais, a adoção de concepções que buscam a prevenção de condutas criminosas a partir do estabelecimento de uma relação local cooperativa entre a polícia e a população (SCKOLNICK E BAYLEY; 2006). Há um certo consenso de que as ideias de policiamento de proximidade decorreram dos distúrbios civis ocorridos na década de 60, nos Estados Unidos, que colocaram em evidência a falta de habilidade de suas forças policiais para a prestação de serviços a certos segmentos da população, mais particularmente às minorias que habitavam e transitavam pelos chamados guetos norte-americanos.

Nader (1994) aponta que uma série de protestos trouxeram à tona o tipo de tratamento (reconhecidamente hostil e violento) empregado pela polícia no tratamento às minorias locais. Como sugestão para aplacar a onda de manifestações que se alastrava e sanar a crise que punha em evidência o tradicional modelo de ação policial, apregoava-se a necessidade de integrar a polícia e a população, a partir de ações locais colaborativas. Posta em ação, a experiência norte-americana não foi

considerada bem sucedida. Críticos alegaram resistências ao novo modelo, fruto de uma espécie de cultura policial já estabelecida. Assim, pelo menos num primeiro momento, o novo modelo de ação foi considerado ineficaz. Entretanto, a despeito das críticas, a ideia basilar do modelo, ou seja, a ação integrada entre polícia e população, continuou a impulsionar novos projetos, não só nos Estados Unidos, mas também em diversas outras partes do mundo.

As ideias do policiamento de proximidade só chegaram ao Brasil no período de redemocratização. No Rio de Janeiro, especificamente, foram introduzidas na Polícia Militar pelo Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, que comandara a instituição nos anos de 1983/1984 e 1991/1994, durante as gestões do governador Leonel Brizola. À época, Cerqueira cuidou de produzir material e traduzir a primeira obra sobre este tipo de policiamento para a Língua Portuguesa. A primeira experiência prática inspirada nesse modelo de policiamento foi realizada a partir da parceria entre a Polícia Militar e a ONG Viva Rio, no Bairro de Copacabana, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Após os primeiros passos, a capital carioca foi palco, em novas gestões, de experiências variadas, até que, finalmente, se chegasse às Unidades de Polícia Pacificadoras.

Pelo menos formalmente, as Unidades de Polícia Pacificadora costumam ser apresentadas como um modelo de policiamento inovador que pretende estabelecer um tipo de policiamento de proximidade, em distintos territórios da cidade. Entretanto, sabe-se que as UPPs não são a primeira experiência de policiamento deste tipo no Rio de Janeiro, nem mesmo correspondem a uma experiência pioneira no estabelecimento de contingentes policiais fixo nas diversas favelas cariocas. Iniciativas anteriores também almejavam estabelecer uma relação de maior proximidade entre a polícia e os moradores de tais localidades, o que pode ser verificado, por exemplo, pela

implantação dos Postos de Policiamento Comunitário (PPCs) e de Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAEs) em diversas áreas da cidade. Ambas as experiências, hoje consideradas sem sucesso, foram recorrentemente mencionadas durante o trabalho de campo, especialmente quando se colocava em discussão os princípios norteadores das UPPs. Embora existissem discursos que procuravam dissociar as antigas iniciativas da atualmente em vigor, a maior parte dos entrevistados afirmava que, de fato, as UPPs não representavam uma inovação absoluta e, pelo contrário, guardavam, sim, uma relação de continuidade com projetos e ações pretéritos, adotados em outros contextos, na área de segurança pública, no Rio de Janeiro.

Conforme mencionado, durante o curso que ministrava na ONG Viva Rio, alguns policiais se mostravam abertamente críticos e bastante descrentes quanto à política pública que culminou na implantação das UPPs. Não raro, eles mencionavam que as UPPs consistiam, apenas, em um novo nome dado a experiências já vividas e, pior que isso, fracassadas. Um dos meus interlocutores colocou a questão nos seguintes termos:

“Meu pai é policial... Entrei na polícia por causa dele... Ele trabalhou em policiamento comunitário e em batalhão e sempre dizia que podia vir o que fosse... A polícia era uma só... Essa coisa de policiamento comunitário já existiu... já colocaram a polícia na favela pra se aproximar da população, e aí? Deu certo? Não, não deu porque a polícia que a gente tem não é polícia comunitária e nem vai ser... Se você perguntar pra qualquer um policial o que ele sentiu falta no CFAP... ele vai dizer que sentiu falta de ter mais aulas de tiro... Você nunca vai ouvir que ele sentiu falta de aulas de rede de proteção social... a UPP pode até dar certo, mas eu

duvido...Vai acabar como o GPAE, porque a própria polícia vai deixar de querer...”

(Policial da UPP do Morro do Borel)

Era comum, naquele contexto, as UPPs serem classificadas como uma espécie de reprodução repaginada (mas, ainda assim, uma reprodução) de modelos anteriormente adotados:

“Não tem nada de novo esse negócio de UPP! A gente já teve DPO, PPC, GPAE e agora essa coisa de UPP... Daqui a pouco, quando não eleger mais ninguém isso vai acabar... Não tem estrutura pra ter esse tipo de policiamento. Você sabe quantas favelas têm no Rio? Sabe quantos policiais? Você acha que tem polícia pra pacificar tudo? Tem muito vagabundo por aí, muito ganso, não tem polícia que dê pra isso tudo não...”

(Policial lotado no 13º BPM - 14/09/2010, grifos meus)

“A UPP é o GPAE de roupa nova e maquiagem. É a mesma coisa só que arrumadinho, com o uniforme novo, todo pintadinho.”

(Policial da UPP do Morro da Formiga, 08/07/2011, grifos meus)

A CHEGADA DAS UPPs

*“No início da manhã de segunda-feira passada (22), uma intensa mobilização surpreendeu quem passava pela vizinhança da Central do Brasil, no Centro do Rio de Janeiro. Era a preparação para a ocupação da favela da Providência, a mais antiga da cidade, com uma população de 10 000 pessoas. Pouco depois das 8h30, enquanto 150 homens do Batalhão de Choque bloqueavam as seis entradas do morro, 95 oficiais e soldados do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (Bope) subiram pelas ladeiras, escoltados por três veículos blindados, os chamados Caveirões. A meta era realizar uma varredura em busca de armas, drogas e traficantes. A tensão provocada pelo risco de um tiroteio durou pouco. Uma hora e meia depois de iniciada a invasão, foi anunciada a conclusão da operação. Quatro bandidos foram presos **sem que se disparasse um tiro sequer**. A retomada daquela área é o ponto de partida para a instalação da sétima Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na cidade, uma peça crucial do programa de erradicação do crime organizado. **Bem-sucedidas até aqui, essas ações têm um só objetivo: devolver territórios dominados pelo narcotráfico ao controle do estado.**”²²*

Após uma série de tentativas de implantação de projetos e ações inspirados no modelo de policiamento de proximidade no Rio de Janeiro, os moradores da cidade vêm testemunhando, nos últimos quatro anos, uma intensa mobilização em torno de mais uma experiência desse tipo, agora com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora. Como mencionado, de acordo com o discurso oficial, as UPPs são parte de um novo modelo de segurança pública e de policiamento, cujo objetivo é promover

²² Trecho extraído da Revista *Veja Rio*, edição online de 31/03/2010 (grifos meus).

a interação entre a população e a polícia, ao passo que se pretende favorecer o estabelecimento e fortalecimento de políticas sociais nas favelas. As UPPs objetivam, assim, instituir um novo tipo de relacionamento entre a polícia e a população dessas localidades, relacionamento este que, segundo o discurso oficial, deve ser pautado por princípios de cooperação e respeito mútuos. Através de ações pacíficas e do desenvolvimento de um policiamento voltado para a resolução de problemas locais, interessa, pois, *“recuperar territórios empobrecidos dominados há décadas por traficantes e pelas milícias armadas”* e *“levar aos territórios antes dominados por déspotas o Estado de direito, sem feridos”*²³, como enunciou o então comandante geral da Polícia Militar²⁴, em 2009.

Desde 2008, foram instaladas várias Unidades de Polícia Pacificadora em favelas do Rio de Janeiro, Concentradas majoritariamente nas Zonas Norte e Sul da cidade, as UPPs são orientadas, pelo menos formalmente, por estratégias que visam, através da ocupação local por contingente policial, assegurar a segurança local e combater a criminalidade violenta. Até omês de janeiro de 2013, foram instaladas as seguintes UPPs na cidade:

Tabela 01. Cronograma de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora

²³ FONTE:<http://upprj.com.wp>

²⁴ O Coronel Mario Sergio Duarte pediu exoneração do cargo de comando da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro após assumir a responsabilidade da escolha do tenente-coronel Cláudio Oliveira - considerado suspeito de ser o mandante da morte da juíza Patrícia Acioli - para assumir o comando do 7º BPM (São Gonçalo). O Pedido foi encaminhado ao Secretário de Segurança do Estado José Mariano Beltrame e, setembro de 2011, após quase dois anos no comando da corporação, seu pedido foi aceito.

UPP	IMPLANTAÇÃO	TERRITÓRIO	ZONA
1 ^a	19.12.2008	Santa Marta	Sul
2 ^a	16.02.2009	Cidade de Deus	Oeste
3 ^a	18.02.2009	Jardim Batam	Oeste
4 ^a	10.06.2009	Chapéu Mangueira	Sul
5 ^a	10.06.2009	Babilônia	Sul
6 ^a	23.12.2009	Pavão-Pavãozinho / Cantagalo	Sul
7 ^a	14.01.2010	Ladeira dos Tabajaras / Morro dos	Sul
8 ^a	26.04.2010	Morro da Providência	Centro
9 ^a	01.06.2010	Morro da Formiga	Norte
10 ^a	07.06.2010	Borel	Norte
11 ^a	28.08.2010	Morro do Andaraí	Norte
12 ^a	17.09.2010	Morro do Salgueiro	Norte
13 ^a	30.10.2010	Morro do Turano	Norte
14 ^a	30.01.2011	Morro do São João / Matriz e Quieto	Norte
15 ^a	25.02.2011	Morro da Coroa/ Fallet e Fogueteiro	Norte
16 ^a	17.05.2011	São Carlos	Centro
17 ^a	03.11.2011	Morro da Mangueira / Tuiutí	Norte
18 ^a	30.11.2011	Morro dos Macacos	Norte
19 ^a	18.01.2012	Morro do Vidigal	Sul
20 ^a	25.02.2012	Morro do Escondidinho e Prazeres	Sul
21 ^a	18.04.2012	Nova Brasília	Norte
22 ^a	11.05.2012	Morro do Adeus / Morro da Baiana	Norte
23 ^a	30.05.2012	Morro do Alemão / Pedra do Sapo	Norte
24 ^a	27.06.2012	Morro da Chatuba	Norte
25 ^a	27.06.2012	Morro da Fé/ Sereno	Norte
26 ^a	28.08.2012	Parque Proletário	Norte
27 ^a	28.08.2012	Vila Cruzeiro	Norte
28 ^a	20.09.2012	Rocinha	Sul

Apesar de, na prática, já existirem desde 2008, a normatização e, portanto, a formalização da existência das Unidades de Polícia Pacificadora se deu apenas no ano de 2009, quando foram publicados decretos e notas assinados, quando não pelo próprio Governador do Estado, pela Polícia Militar, através do Boletim da PM. O primeiro decreto, datado de 21 de janeiro de 2009²⁵, instituiu formalmente a UPP no âmbito da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Já o segundo, promulgado em 22 de janeiro de 2009²⁶, portanto, no dia seguinte à promulgação do primeiro

²⁵ Decreto-lei no. 41.650 de 21 de janeiro de 2009.

²⁶ Decreto-lei no. 41.653 de 22 de janeiro de 2009.

(ressalte-se, ambos assinados pelo Governador), dispôs sobre a gratificação de quinhentos reais a ser paga aos policiais lotados nas UPPs.

Em 5 de fevereiro de 2009, o Boletim da PM emitiu nota²⁷ do Comandante Geral da Polícia Militar situando a UPP no âmbito da Coordenadoria de Assuntos Especiais da PM. Até então, a UPP era encarada como um posto destacado da Polícia Militar, razão pela qual estava submetida ao controle administrativo e operacional do Batalhão da área em que se circunscrevia. Naquela época, só havia UPP no Morro Santa Marta e, portanto, esta era vinculada ao 2º Batalhão. Em Nota emitida alguns meses depois²⁸, ficou estabelecido que os policiais da UPP, embora submetidos em termos operacionais e administrativos ao Batalhão da área na qual estavam lotados, só poderiam ser deslocados das Unidades sob ordens do Estado Maior. Aquela nota, de alguma forma, atribuía às UPPs certa autonomia dentro do ordenamento da PM.

O decreto de 6 de janeiro de 2011²⁹, assinado pelo Governador, apresentou as UPPs de uma maneira um pouco mais clara em termos dos seus objetivos e estrutura. Pode-se dizer que se tratou de um avanço, haja vista a formalização do projeto, mas ainda se travava de uma normatização relativamente pobre em detalhes. O decreto atribuía o modelo de policiamento de proximidade às UPPs, determinando que os policiais alocados nestas Unidades deveriam ter uma capacitação intensificada em matérias como Direitos Humanos e “Polícia Cidadã” (Polícia Comunitária ou de Proximidade). O decreto estabelecia, ainda, os critérios formais que deveriam ser observados tendo em vista a seleção dos territórios onde as UPPs seriam implantadas. De acordo com o decreto, seriam eles: 1) comunidades pobres; 2) de baixa institucionalidade e alto grau de informalidade; e 3) com a presença de grupos criminosos ostensivamente armados.

²⁷ Nota N.º. 0202 do Boletim da Polícia Militar de 5 de fevereiro de 2009.

²⁸ Nota N.º. 0042 do Boletim da Polícia Militar de 31 de julho de 2009.

²⁹ Decreto-lei N.º. 42.787 de 6 de janeiro de 2011.

De acordo com a referida normatização, caberia fundamentalmente às Unidades de Polícia Pacificadora:

“a. consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; b. devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico.”

(Art. 1º, § 2º do Decreto-lei No. 42.787 de 6 de janeiro de 2011.)

O artigo 2º enumera as etapas do processo de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora que, dividida em quatro momentos, tem no primeiro deles o que se chamou de “intervenção tática”, etapa realizada por equipes especiais (o BOPE e/ou BPChoque), com o objetivo de *“recuperarem o controle estatal sobre áreas ilegalmente subjugadas por grupos criminosos ostensivamente armados”* (art. 2º, I do Decreto-lei No. 42.787 de 6 de janeiro de 2011). A segunda etapa, chamada de “estabilização”, corresponde ao cerceamento da área, que será sucedido pela implantação propriamente dita da UPP (art. 2º, II do Decreto-lei No. 42.787 de 6 de janeiro de 2011). O terceiro momento, denominado “implantação da UPP”, *“ocorre quando policiais militares especialmente capacitados para o exercício da polícia de proximidade chegam definitivamente à comunidade contemplada pelo programa de pacificação, preparando-a para a chegada de outros serviços públicos e privados que possibilitem sua reintegração à sociedade democrática.”* A quarta e última etapa diz respeito ao monitoramento das UPPs. Nesta fase, tanto as ações das UPPs quanto

as de outros atores públicos e privados serão avaliados sistematicamente com o objetivo de aprimorar o programa (art. 2º, IV do Decreto-lei No. 42.787 de 6 de janeiro de 2011).

Outra disposição importante deste decreto diz respeito ao comando das UPPs. De acordo com o art. 3º, o comando das UPPs deixa de ser denominado Comando de Policiamento Comunitário (CPCoM) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e passa a ser chamado de Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP). Subordinado ao Comando Geral da Polícia Militar, cabe ao CPP: 1) coordenar, controlar e preparar doutrinária e operacionalmente as UPPs; 2) planejar a implantação de novas UPPs; 3) estabelecer diretrizes norteadoras objetivando a padronização dos procedimentos policiais militares nas UPP, com foco nos seus objetivos táticos e estratégicos (Art. 3º, I, II, III do Decreto-lei No. 42.787 de 6 de janeiro de 2011). Uma vez que as UPPs passam a ser subordinadas ao CPP, elas conseqüentemente deixam de estar vinculadas aos Batalhões de suas respectivas áreas de atuação e passam a responder apenas ao CPP em termos operacionais, administrativos e doutrinários.

Como se pode observar pela sucessão de decretos temporalmente espaçados, as UPPs se materializaram antes de serem normatizadas. Conseqüentemente, não raro meus interlocutores, fossem eles gestores ou operadores de segurança pública, não sabiam definir o que eram as UPPs de modo preciso. Ao perguntar se havia um padrão de ação nas UPPs, um de meus interlocutores chegou a afirmar que

“cada UPP é uma UPP... Existe uma série de orientações, mas no fim... Cada comando é um comando... Tens-se uma ideia do tipo de policiamento, mas cada Unidade tem sua dinâmica... Tem a norma, mas a prática, como sempre, varia.”

(Sargento da UPP do Morro do Salgueiro)

CAPÍTULO 3

TRABALHO DE FORMIGA: O MORRO, SEUS ATORES E SUA UPP



Mapa 01. Circunscrição territorial do Morro da Formiga e seus equipamentos.

O Morro da Formiga, no qual realizei o trabalho de campo, fica situado numa região denominada Grande Tijuca, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Esta etapa da pesquisa teve início em um dia atípico, posterior a uma grande tempestade que varreu o local, deixando árvores derrubadas, paralelepípedos arrancados e encostas tomadas pela lama. Equipes da defesa civil, curiosos e emissoras de TV se concentravam no topo do morro. A chuva forte havia derrubado uma das paredes de uma casa, comprometendo sua estrutura. Por sorte, o desmoronamento não havia feito nenhuma vítima.

A implantação da Unidade de Polícia Pacificadora não foi a primeira experiência de presença policial fixa naquele território. Antes, durante alguns anos, um Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) já havia sido instalado por lá, dando lugar à UPP no ano de 2010. Se a presença policial e a filosofia do policiamento de proximidade não eram novidade, o número de policiais e a estrutura empregada eram.



Imagem 01. Placa sinaliza em um dos acessos o caminho até Unidade.

Implantada em 1º de Julho de 2010, a UPP do Morro da Formiga contava, no período de realização da pesquisa, com um efetivo que oscilou entre 102 e 112 policiais. Alocados em grupamentos e distribuídos em turnos de 12 horas, em um dia normal de trabalho, era possível contabilizar cerca de 20 policiais em serviço no Morro. Divididos em Grupamento de Polícia Pacificadora (GPP), Grupamento Tático de Polícia Pacificadora (GTPP) e Setor Administrativo³⁰, o número de policiais lotados na Unidade era visto por alguns interlocutores como insuficiente, o que gerava queixas acerca do suposto déficit numérico da tropa. Pelo menos para mim, a presença policial parecia constante, o que contrariava as reclamações que demandavam por maior “sensação de policiamento”.

Algumas histórias tentam dar conta do motivo que levou o local a ser chamado de Morro da Formiga. A mais famosa de todas informa que, ainda na década de 1940,

³⁰ O Grupamento de Polícia Pacificadora (GPP) é composto por policiais cuja responsabilidade consiste em fazer o policiamento ostensivo no Morro, patrulhamento este realizado à pé ou nos veículos disponíveis na Unidade. O GPP é responsável por tornar a presença policial visível à população. É deste grupamento, portanto, a autoria da maioria dos TROs lavrados e dos atendimentos prestados à população. Já o Grupamento Tático de Polícia Pacificadora (GTPP) é responsável por apoiar o GPP em situações consideradas críticas. Sua função é a mesma do Grupamento de Apoio Tático Especial (GATE) dos Batalhões da PM, servindo de reforço ao policiamento ostensivo quando este necessita. Por fim, o Setor Administrativo é responsável por toda a parte burocrática da Unidade, o que compreende desde a definição da escala de serviço dos policiais até o controle do material de consumo, registro e tabulação dos TROs, comunicação com o CPP, etc.

quando iniciou-se a ocupação da encosta, o deslocamento de pessoas subindo e descendo o morro foi comparado, pelos primeiros habitantes, ao movimento de formigas em um formigueiro. Era, assim, batizado o Morro das Formigas, atualmente chamado de Morro da Formiga, no singular. O censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que o Morro da Formiga abrigava, até então, 4.312 habitantes distribuídos em 1.335 domicílios. São números expressivos, sobretudo, se relacionado à sua área que, de acordo com dados oficiais do Instituto Pereira Passos (IPP), é calculada em 199.256 m². Ainda de acordo com os dados mais recentes produzidos pelo IBGE, no Morro da Formiga, 47,8% da população recebem abastecimento de água adequado, 97,7% têm esgotamento sanitário, 99,8 % usufruem de coleta de lixo adequada, 87% dos habitantes ocupam domicílios próprios e 7% da população de 15 anos ou mais é composta por analfabetos.

O Morro da Formiga dispõe de apenas três vias de acesso: são duas escadarias e uma única via capaz de comportar a passagem de carros e veículos de grande porte. A rua Medeiros Pássaro constitui a principal via de acesso ao Morro. É através dessa rua que circulam os serviços de transporte local, feitos por Kombis e pelos chamados “Moto-Taxis”.



Imagem 02. Principal via de acesso ao Morro.

A primeira impressão que tive ao chegar ao Morro da Formiga, mesmo naquele dia atípico, foi de relativa tranquilidade. Tranquilidade essa perturbada

apenas pelo ir e vir das motocicletas e Kombis que transportam a população local e do som das crianças da creche situada em frente à UPP.

Conforme apontado no início da dissertação, subi o Morro pela primeira vez na garupa de um “Moto-Taxi”. Quando iniciei o trabalho de campo, o custo do serviço era de dois reais (para os trajetos de



Imagem 03. Letreiro do serviço de Moto-Táxi após o reajuste

subida) e um real (para os trajetos de descida). No decorrer da pesquisa, porém, a tarifa foi reajustada e o preço corrigido fez com que o serviço passasse a custar dois reais e cinquenta centavos (para qualquer trajeto de subida) e um real (para os trajetos de descida). O preço não variava conforme o trajeto. Mas, se a viagem fosse realizada após a meia-noite, o custo passava a ser de três reais (para trajetos de subida) e permanecia custando um real (para trajetos de descida).

Embora a população local dispusesse de duas modalidades de transporte público (as Kombis e os “Moto-Táxi”), ambos com o mesmo custo, o segundo era o mais requisitado. Vistos como atividades estratégicas, dadas as características topográficas da localidade, ambos os serviços eram, pode-se dizer, regulamentados. Desde a chegada da UPP, parece ser assim. Ao menos foi isso o que me informou a Capitão³¹ Alessandra Carvalhaes, responsável pelo comando da Unidade. Segundo ela, “*pra rodar no moto-táxi, tem que estar com habilitação e a moto regularizada e o mesmo serve pras Kombis*”. Após a implantação da UPP, uma das primeiras medidas

³¹ Não há alteração de gênero no que se refere às patentes militares, deste modo, esta pertence no masculino, mesmo quando é atribuída a mulheres.

adotadas para a regulamentação foi cadastrar os profissionais que prestavam o serviço. Além disso, todos os Moto-Taxistas viram-se obrigados a circular com coletes de identificação e um par de capacetes, o que, contudo, não impedia que eles fossem recorrentemente fiscalizados pelos policiais que atuavam na localidade. Apesar das mudanças introduzidas pela UPP, foi possível notar, durante o trabalho de campo, que aqueles profissionais continuavam sendo alvo de desconfiança por parte de alguns policiais, que os chamavam de “moto-tralhas”, em clara referência aos motoqueiros que, além de prestar o serviço de transporte à população local, eram também responsáveis pelo ir e vir da droga comercializada no Morro.

A região que compreende o Morro da Formiga possui três creches, uma escola de Ensino Fundamental e duas Unidades de Saúde. Todos esses equipamentos operam sob a responsabilidade do Município. Durante o trabalho de campo, uma interlocutora, que trabalhava numa das creches, afirmou que o número de creches era suficiente para atender à demanda local, havendo, inclusive, crianças do entorno nelas matriculadas. Além dos equipamentos oferecidos pelo Município, o território conta, ainda, com duas outras creches particulares.

A esse respeito, vale mencionar que vários interlocutores ressaltaram que a implantação da UPP e a consequente saída do tráfico da favela haviam viabilizado a chegada de muitos serviços, que antes eram avaliados como precários ou simplesmente inexistentes. De maneira geral, a população local e os policiais atribuíam à presença policial os melhoramentos obtidos, sendo, portanto, a presença policial representada como uma espécie de meio garantidor do desenvolvimento de ações do poder público e da iniciativa privada naquele território. Ao caminhar pelo Morro e conversar com meus interlocutores, fui informada sobre algumas dessas ações e, aqui, reúno algumas das que apareceram em seus discursos ou foram por



Imagem 04. Ponto de coleta de lixo.

mim observadas. Um exemplo foi a ação desenvolvida pela Secretaria Municipal de Conservação que, através da Comlurb, planejou e implantou um modelo de coleta e limpeza adaptado às condições do território. Chamado “Vamos combinar uma comunidade mais

limpa!”, o projeto definiu os locais adequados para o descarte e a coleta de resíduos, inserindo novos equipamentos para a realização do manejo da referida coleta. A coleta de lixo no Morro da Formiga conta com o uso de um micro-tractor compactador, triciclos que coletam lixo porta à porta, pontos com caixas coletoras (foto acima) e um “compactêiner” utilizado para compactar e armazenar os resíduos coletados.



Imagem 05. Compactêiner.

Outra ação considerada importante pelos meus interlocutores partiu da Secretaria de Meio Ambiente que implantou, em parceria com a Associação de Moradores e a Comlurb, uma área para cultivo de vegetais orgânicos, que conta com o emprego de mão-de-obra local remunerada. A horta do Morro da Formiga fica situada em um terreno próximo à quadra da Grêmio Recreativo Escola de Samba Educativa



Imagem 06. G.R.E.S.E.I.T

Império da Tijuca, a Império da Tijuca, escola de samba tradicional, fundada no Morro em 1940, que havia interrompido as atividades em sua sede e vinha realizando ensaios e outros eventos em uma quadra fora da localidade. Com a implantação da UPP, o Grêmio retomou suas atividades na antiga sede.

Outra iniciativa considerada importante e recorrente no discurso dos meus interlocutores foi uma ação da Defesa Civil que implantou no Morro da Formiga um sistema de alerta acionado em casos de urgência e desastres naturais, como a tempestade que mencionei no início do capítulo. O sistema, acionado pelo Centro de Operações da Prefeitura (COP) quando há variações bruscas nos índices pluviométricos da Região, foi implantado com o objetivo de alertar a população para que se desloque até um ponto de apoio considerado seguro, de modo a, assim, se prevenir de eventuais desastres provocados por enxurradas e/ou deslizamento de encostas. O sistema conta, ainda, com aparelhos celulares cedidos pela prefeitura por meio dos quais podem ser enviadas mensagens de texto em casos de ocorrência de

chuvas. Para além disso, a Defesa Civil treinou moradores para atuarem como seus auxiliares em caso de acionamento do alerta sonoro no local.

As ações desenvolvidas pela Rio Luz, empresa responsável pela iluminação pública, também eram bem vistas pelos atores locais e, por diversas vezes, apareceu em seus discursos de modo positivado. Com a implantação da UPP, a Rio Luz passou a atuar com maior frequência na manutenção e reparo da iluminação pública, corrigindo falhas no sistema de iluminação local. Durante o trabalho de campo, os policiais relataram que recebiam um grande número de reclamações e denúncias sobre problemas relativos à depredação nos pontos de iluminação pública. Essa série de reclamações, muitas vezes, fazia com que os próprios policiais entrassem em contato com a Rio Luz, através da UPP, a fim de solucionar problemas como pontos escuros ou desnecessariamente acesos durante o dia.

Não raro, as reclamações dos moradores da Formiga giravam em torno do abastecimento de água. Considerado deficiente, este foi identificado como um sério problema na localidade e, embora já tivesse sido alvo de ações anteriores, pouca melhoria havia sido identificada, de modo que as reclamações a esse respeito reapareciam constantemente. “É um problema histórico”, diziam os moradores mais antigos. Uma das razões disso parece estar associada, entre outras coisas, ao fato de o território ter sido ocupado de maneira desordenada e ter-se tornado uma área bastante densa, do ponto de vista populacional. Conseqüentemente, o Morro apresenta grande demanda e, por ser situado numa área muito íngreme, há diversos pontos que não são abastecidos adequadamente, o que faz com que a população enfrente problema de fornecimento de água há anos.

Com a chegada da UPP, muitas das demandas por serviços passaram a ser dirigidas à polícia, inclusive as relacionadas ao déficit de serviços. Alguns policiais

chegaram a se queixar que problemas envolvendo iluminação pública e falta d'água teriam se tornado, agora, problemas da UPP. Atender a reclamações desta ordem, pelo menos para alguns policiais, não era um trabalho policial.



Imagem 07. Sinalização de ação da CEDAE.

Acionar a Rio Luz ou a CEDAE, segundo tal perspectiva, correspondia a um trabalho assistencial, um favor prestado à população e que muitos faziam apenas para manter “um bom relacionamento com a população”. Reuniões periódicas envolvendo a população local, o comando da Unidade, alguns policiais e representantes de outros serviços públicos e privados serviam, fundamentalmente, para a exposição das reclamações e demandas dos moradores, lembrando os conhecidos “Cafés Comunitários”, tradicionalmente realizados pelos Batalhões de Polícia Militar. Segundo os meus interlocutores na Polícia, aquela era, também, uma forma de aproximação com a população. Inicialmente organizadas pelo comando local, estas reuniões foram, pouco a pouco, dando lugar aos fóruns realizados pela UPP Social³².

A UPP contava com dois policiais que tratavam especificamente dos projetos sociais. Eram os assim chamados “articuladores comunitários” ou “policiais do

³² "A UPP Social é a estratégia da Prefeitura do Rio de Janeiro para a promoção da integração urbana, social e econômica das áreas da cidade beneficiadas por unidades de polícia pacificadora (UPPs). A UPP Social tem como missão mobilizar e articular políticas e serviços municipais nesses territórios e para isso coordena esforços dos vários órgãos da Prefeitura do Rio e promove ações integradas com os governos estadual e federal, a sociedade civil e a iniciativa privada, sempre em favor do desenvolvimento e da qualidade de vida nas comunidades em áreas de UPP. Com isso, busca a consolidação e o aprofundamento dos avanços trazidos pela pacificação, com o objetivo de reverter o legado da violência e da exclusão territorial nesses espaços." Fonte: <http://uppsocial.org/programa/>.

projeto”, que procuravam manter contato com a Associação de Moradores do Morro e com a população local em geral, particularmente quando o assunto era relacionado às ações sociais em curso. Um dos policiais, ao ser perguntado sobre os projetos sociais desenvolvidos, disse que eu deveria procurar diretamente os “policiais dos projetos sociais”, alegando que só estes saberiam responder qualquer coisa sobre o assunto. Já ele, “não era alguém pra isso”. A postura do meu interlocutor apontava para uma especialização das funções policiais na UPP, o que parecia contrariar as diretrizes do policiamento de proximidade, que preconiza a diversificação e descentralização de funções. Sendo assim, logo percebi que se quisesse saber sobre mediação, seria preciso falar com os mediadores; sobre as ocorrências que geravam TRO, seria preciso procurar os supervisores, e assim sucessivamente.

Conforme mencionado, com a nova conjuntura, uma série de demandas passou a ser encaminhada pela população à polícia. Mas, devo frisar, não só a ela, como também a diversas outras instâncias da sociedade, posto que, como ressaltou Dona Luzia³³, uma antiga moradora do Morro, com a chega das UPPs à Formiga, uma série de pessoas que não eram moradoras do local, assim como a imprensa, passaram a circular frequentemente na favela.

Agora todo mundo anda por aqui e consegue ver os problemas que a gente já tinha faz tempo... Antes, era só o problema do tiro que o povo conseguia ver, mas tem mais coisas. Além disso... essa era a coisa menor, mas fazia barulho...”

(Dona Luzia, 57 anos, moradora há 50 anos do Morro da Formiga)

³³ À exceção da comandante da UPP, todos os demais interlocutores apresentados nesta dissertação tiveram seus nomes trocados, conforme já assinalado, de modo a preservar as suas identidades.

Seria essa, de acordo com alguns moradores, a oportunidade ideal para apresentar demandas que antes não foram atendidas pelas instâncias governamentais e/ou outros órgãos, quase sempre sob a justificativa de inacessibilidade do território, outrora dominado por facção criminosa. Parecia consensual que a UPP, por representar o Estado naquela localidade, deveria, por princípio, agir ali mais efetivamente. De modo quase automático, portanto, a população local associou a chegada da Unidade aos antigos pleitos por ações sociais, melhorias urbanísticas e serviços em geral, o que ultrapassava, em muito, as supostas competências e responsabilidades da polícia nos moldes tradicionais. As demandas, muitas encaminhadas diretamente à UPP, fizeram com que a Unidade se tornasse a principal mediadora entre a população e órgãos responsáveis por serviços diversos.

Durante o trabalho de campo, foi perceptível que muitos policiais tinham resistência a este tipo de mediação, o que os levava a argumentar que “o trabalho da polícia não é resolver problemas de água, de luz, de buracos”, ainda que outros dissessem achar “melhor ligar pra CEDAE do que trocar tiro com ‘vagabundo’”. As questões em torno do “fazer policial”, que já foram alvo de discussão e análise de diversos pesquisadores (KANT DE LIMA: 1995, MUNIZ: 1999; GUEDES: 2008), mais uma vez se fizeram presentes. “Sobre o que a polícia deve agir?”, “Sobre o que a polícia acha que deve agir?”, “Sobre o que a polícia age?”. Buscando atender aos meus interesses, acrescentei, ao fim de cada questão, o complemento “em território de UPP”. Me interessava entender o que era (na teoria e na prática) o "fazer policial" naquele contexto, tanto na perspectiva dos próprios policiais, quanto na perspectiva dos moradores da Formiga.

O OUTRO LADO DA "PACIFICAÇÃO"

Quando começaram a ser implementadas as primeiras Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, críticos, principalmente do meio acadêmico, destacaram o caráter jesuítico e civilizatório embutido na ideia de “pacificação” dirigida às favelas. Segundo eles, a própria nomenclatura adotada reforçava a perspectiva de que as suas populações eram inferiores, bárbaras e que, portanto, precisavam ser civilizadas, pacificadas, mantidas sob a tutela do Estado através da polícia. Outros consideraram ironia o termo “Polícia Pacificadora”, uma vez que, durante décadas, preferencialmente, a polícia atuou nesses territórios segundo um modelo coercitivo, militarista e beligerante, o que alimentou, por um longo período de tempo, confrontos armados desenvolvidos, inclusive, entre ela e as facções criminosas dos referidos territórios.

Pelo que pude observar no meu campo empírico, embora a chegada da UPP tenha reduzido a beligerância no local, a sua presença não pode ser considerada, de modo algum, isenta de aspectos arbitrários, além de ter passado longe de dar cabo dos conflitos existentes. Pelo contrário, novos conflitos, ainda que menos espetaculosos e, portanto, dotados de menor visibilidade midiática, parecem ter agora se constituído. Se antes, a polícia realizava operações pontuais na favela, com a chegada da Unidade, seus moradores viram-se submetidos a abordagens policiais duas ou três vezes ao dia, vários dias por semana. Suas rotinas passaram a ser alteradas, suas intimidades vigiadas, os bailes *funk* proibidos. Suas vidas e espaços viram-se quase que inteiramente regulados pela polícia, algo inimaginável de se aplicar a outros segmentos da população.

Com a propalada saída dos traficantes armados e a constante presença policial na Formiga, práticas como a ‘varredura’³⁶ tornaram-se habituais, perfazendo-se em situações especialmente delicadas e constrangedoras para muitos dos atores locais. A qualquer momento, moradores e transeuntes poderiam ser alvo de *abordagens e revistas pessoais por parte da força* policial já que, conforme me relatou um agente da UPP, ali, todos eram “suspeitos em potencial, porque ninguém conhecia ninguém”. Em consonância com tal perspectiva, um outro policial afirmou que a relação com a população começava exatamente no momento das *revistas*, o que, para as ambas as partes, não parecia ser algo agradável ou fácil. Se, por um lado, a polícia buscava estabelecer uma nova ordem (*a pacificação*), que supostamente justificava a adoção de expedientes como os mencionados, por outro, parte da população não via como correto ou minimamente respeitoso o trabalho realizado pelos policiais, não se vendo, assim, reconhecidos como cidadãos.

Durante o trabalho de campo, as ações policiais de fiscalização figuraram amplamente nos discursos de múltiplos atores sociais como um dos pontos mais sensíveis no que diz respeito à convivência entre os moradores e os agentes da lei. procurando esclarecer esse ponto, um dos policiais entrevistados colocou a questão nos seguintes termos:

“aqui no Morro, morador não gosta de ser abordado pela policia... Afinal, quem gosta? A polícia tá aqui tem pouco tempo... Os traficantes não revistavam ninguém... Quem tava armado, tava armado... Quem tinha droga, tinha droga e acabou...Era tudo muito livre, ninguém fiscalizava nada... No começo, com a chegada da UPP, a gente tinha que abordar todo mundo, ninguém conhecia ninguém, tinha muita coisa na

³⁶Período em que a polícia realiza intensiva abordagem e revista aos transeuntes à procura de suspeitos, drogas, armas ou outros artigos ilícitos.

favela... muita arma, muita droga... ainda tem! Mas, hoje, depois de quase um ano, a gente já sabe a cara de cada um...

(Soldado da UPP do Morro da Formiga, 26 anos)

A ideia de que, com o tempo, os policiais aprenderam “a conhecer a cara de cada um” foi apresentada, durante o trabalho de campo, como algo recorrente e positivado pelos agentes da UPP, sendo encarada como uma espécie de habilidade desenvolvida de forma progressiva e natural³⁷. Um dos policiais entrevistados explica que:

“depois de um tempo... cada policial sabe quem é Ganso e quem é morador... é uma questão de tempo e de olhar pra cara... Tem uns que passam, você olha e diz: Ganso! Olha a cara de Ganso... outros não.... Já ouviu falar de tirocínio policial? É a mesma coisa... a gente sente o cheiro de Ganso...”

(Sargento da UPP do Morro da Formiga, 35 anos)

Se para alguns policiais, a tiragem não era algo propriamente agradável, para os moradores, que eram objeto de suas ações, a situação mostrava-se ainda mais

³⁷ Como assinala Kant de Lima (1995), a capacidade de "tiragem" de que tanto se orgulham os policiais, estão "intimamente relacionados com o preconceito de cor existente no Brasil, devido ao antigo sistema econômico baseado na escravatura" (p.57). Tais preconceitos, de acordo com o antropólogo, são ainda "reforçados por um conhecimento pseudocientífico ensinado na maioria das faculdades de Direito, onde a disciplina de medicina legal fornece tipologias "científicas" dos criminosos" (p.58).

delicada. Muitos se consideravam desrespeitados e, mais que isso, desconsiderados (CARDOSO DE OLIVEIRA: 2002) pela polícia, dado que se viam constantemente sob a condição de suspeitos:

“Eu não me meto com coisa errada... Não me meti quando era o Comando e muito menos agora com a polícia aqui... Acho importante eles revistarem todo mundo, mas tem hora que enche o saco... Teve dia que você era revistado umas duas vezes... Isso é complicado... Tem gente que mora aqui pra mais de vinte anos e nunca passou por isso... Agora é visto como bandido, parado quando tá indo trabalhar, como se fosse marginal... Abrem a mochila da gente como se todo mundo que morasse aqui fosse bandido, sabe? Te revistaram? Duvido... Toda arrumadinha... mas, a gente que mora aqui é revistado o tempo todo... Não é legal.”

(Morador do Morro da Formiga, 36 anos)

Em sua defesa, os policiais apontavam o território como fator dificultoso do trabalho policial. Um deles chamou a atenção para o desconhecimento das especificidades sócio-espaciais da favela, o que, segundo ele, tornava o trabalho desenvolvido muito perigoso:

“Abordar alguém aqui dentro é complicado. Você nunca vai querer revistar alguém dentro de uma viela. Pra gente, que trabalha aqui no morro, tem pouco tempo, tudo é muito perigoso... Por mais que você ande por aí... Você não conhece os caminhos... Não sabe, como sabe o morador, onde aquele beco vai dar... tem beco que vai dar numa casa, outro vai dar em outro beco... Não vai sair se enfiando em qualquer

lugar que você pode ficar encurralado... se ficar preso... aí já era, porque se tiver algum ganso, algum vagabundo ali na moita, ele vai te pegar, sem dó... Não é porque dizem que tá pacificado que realmente está...”

(Soldado da UPP do Morro da Formiga, 26 anos)

A despeito dos seus aspectos positivos, vale ressaltar que a política de segurança que gerou as UPPs parece vir falhando naquilo que costuma falhar grande parte das políticas públicas voltadas para as populações menos favorecidas: ela não tem levado em conta o ponto de vista dos diversos atores envolvidos. Isso coloca em questão a própria possibilidade de estabelecimento de uma ordem pública democrática nos ditos territórios ‘pacificados’. Uma ordem pública democrática só se faz, de fato, democrática se for resultado da ampla participação dos sujeitos nos processos de tomada de decisão. Isto posto, embora, no caso específico da Formiga, muitos entrevistados tenham demonstrado anuência, inclusive, quanto à operação militar de ocupação realizada na sua área de residência, nem esta nem qualquer outra etapa do projeto foi, em momento algum, discutida com eles, seus destinatários imediatos. Por essa razão, muitos atores locais só vieram a saber da chegada da UPP à favela através da imprensa que, durante todo o processo, portou-se como uma espécie de porta-voz ou publicizador extra-oficial das ações adotadas pelo Governo do Estado.

CAPITULO 04

DOS TRIBUNAIS DO TRÁFICO À MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Era um domingo do mês de junho de 2002, quando um renomado jornalista deixou a sede da emissora de TV em que trabalhava com o objetivo de dar continuidade a uma série de reportagens investigativas em um morro no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. Com uma câmera escondida, era a quarta vez que o jornalista subia o morro. Nas duas primeiras vezes, fez o reconhecimento da região. Na terceira, levou consigo uma câmera escondida e gravou algumas imagens na tentativa de levantar material que pudesse comprovar as denúncias de comércio de drogas e exploração sexual de menores no baile *funk* local. Segundo a sua apreciação, as imagens feitas não teriam ficado boas o suficiente, razão pela qual o repórter não hesitou em empreender uma nova visita à localidade, em busca de imagens melhores. Era um domingo, dia de baile *funk* no morro. O combinado era que o motorista contratado para levá-lo até a favela fosse buscá-lo, no mesmo local, às 20 horas. Todavia, próximo ao horário combinado, o jornalista avisou ao motorista que precisaria de mais tempo e pediu, então, que ele retornasse um pouco mais tarde, às 22 horas. Conforme o acordado, o motorista voltou, mas o jornalista não apareceu no local e horário combinados. Orientado pela emissora, o condutor o aguardou até às 24 horas e nada. Algo parecia estar errado. Na manhã do dia seguinte, ainda sem notícias do jornalista, as suspeitas de que algo de errado havia acontecido aumentaram. Com indícios de que o repórter havia desaparecido, a polícia foi acionada e as buscas iniciadas. Uma semana depois do início dos trabalhos policiais, as notícias não eram boas. Informantes disseram à polícia que o repórter havia sido identificado no baile *funk*, capturado e cruelmente assassinado por agentes do tráfico de drogas local. As

fontes informaram, ainda, que, no “julgamento” comandado pelo próprio chefe do tráfico, o X-9³⁸ teria sido torturado, seu corpo esquartejado e colocado no “micro-ondas”³⁹. O jornalista estava morto.

O episódio aqui narrado, de forma sucinta, refere-se ao notório caso de assassinato do repórter investigativo Arcanjo Antônio Lopes do Nascimento, mais popularmente conhecido como Tim Lopes. Conforme foi amplamente divulgado na mídia, o assassinato aconteceu após o repórter ser surpreendido com uma câmera oculta em um baile *funk* realizado no dia 2 de junho de 2002, na Favela Vila Cruzeiro, no bairro da Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro. A execução do jornalista teria sido uma resposta dos traficantes locais à exibição de sua reportagem “Feira das Drogas”, no *Jornal Nacional*, da TV Globo, no dia 3 de agosto de 2001. A reportagem mostra traficantes anunciando e vendendo drogas (no caso, maconha e cocaína) a céu aberto, como se estivessem numa feira livre. Em relação ao assassinato, conforme relata Souza (2002),

“foi André da Cruz Barbosa, o André Capeta, quem abordou o jornalista, ajudado por Maurício de Lima Bastos, o Boizinho. Os dois, com um rádio transmissor-receptor nas mãos, avisaram o chefe Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco. Da Vila Cruzeiro, no bairro da Penha, Tim foi levado para a Favela da Grotta, no Complexo do Alemão. Ali, os dois traficantes juntaram-se ao chefe e a Renato Souza de Paula, o Ratinho, que tinha sido filmado por Tim limpando

³⁸ Gíria comumente utilizada entre bandidos e policiais para identificar delatores.

³⁹ Método de incineração entre pneus bastante utilizado por facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro para eliminar vestígios do assassinato de desafetos, inimigos e descumpridores da chamada lei do “Movimento”. Trata-se, também, dados os requintes de crueldade empregados, de um castigo exemplar, no qual não raro a pessoa é incinerada viva e diante de, pelo menos, algumas testemunhas.

um fuzil durante a reportagem sobre a feira de drogas”
(SOUZA:2002, p.26).

A notícia de execução do jornalista por agentes do tráfico local ocupou, durante dias, a pauta dos diversos veículos de comunicação do País. A prisão do chefe do "Movimento" e de seus comparsas tornou-se prioridade absoluta para a cúpula de segurança do estado do Rio de Janeiro. O disque-denúncia⁴⁰ chegou a oferecer 50 mil reais por informações que levassem ao paradeiro daquele que se tornara o “inimigo número 1 do Estado”. Considerado um dos mais cruéis traficantes em atividade na capital carioca, Elias Pereira da Silva, o *Elias Maluco*, tinha ficha corrida na polícia pela prática de diversos crimes, já havendo sido, inclusive, preso, julgado e condenado, no ano de 1996, pelo assassinato de quatro policiais militares, em 1993. Encontrava-se foragido da Justiça desde 2000, ano em que progrediu de regime no sistema carcerário.

Após o episódio, o risco de circulação e desenvolvimento do trabalho da imprensa em áreas sob o domínio de facções criminosas foi posto novamente em debate. Empresas, como as *Organizações Globo*, adotaram um conjunto de medidas que teriam por objetivo garantir a segurança dos seus profissionais. Dentre essas medidas, cabe mencionar a aquisição de carros blindados e de coletes à prova de balas, para uso em serviço. Ainda assim, canais de comunicação continuavam sendo alvo de críticas por colocar os jornalistas em risco ao estabelecer pautas nestas áreas. O Governo do Estado, por seu turno, era acusado de omissão face ao que acontecia

⁴⁰ Criado em 1995, o Disque-Denúncia, é um canal telefônico destinada a receber informações anônimas da população sobre atividades criminosas. Para melhor entender o seu modo de funcionamento e o seu emprego pela polícia no combate ao crime, Cf. CARUSO (2003) e MORAES (2006).

nestas regiões. O assassinato do jornalista atingia diretamente os princípios de um Estado democrático de direito, endossando, assim, discursos que exigiam ações de combate ao grande mal que parecia tomar conta do Rio de Janeiro: o tráfico de drogas. A "violência urbana", há tempos, vinha sendo apontada como resultado da ação de facções criminosas que ocupavam os morros e áreas pobres da cidade, disputavam pontos de vendas de drogas e conflitavam entre si e com a polícia, espalhando, assim, o terror pela capital carioca.

Há pelo menos algumas décadas, tem-se notícia no Rio de Janeiro, da adoção de códigos de conduta pelas facções criminosas cujo objetivo manifesto é regular os comportamentos dos sujeitos nos territórios em que desenvolvem suas atividades. Exemplo disso, encontra-se estampado na edição de agosto de 2012 de uma conhecida revista dirigida ao público feminino⁴¹, na reportagem assinada pela jornalista Mariana Sanches, intitulada *"Cabeças marcadas pelo tráfico: "código penal" de algumas favelas cariocas castiga mulheres raspando seus cabelos"*. No corpo do texto, são relatadas algumas histórias sobre a ação dos chamados "tribunais do tráfico" contra moradoras de áreas reguladas por facções criminosas que teriam violado os códigos de conduta locais. Embora não se trate, no caso, de episódios nos quais as pessoas tenham sido mortas, como no caso do repórter supracitado, a reportagem relata as histórias de mulheres que tiveram suas trajetórias marcadas por julgamentos e atos punitivos impostos por traficantes, de forma também exemplarmente cruel. As punições compreendiam agressões físicas e morais diversas, sendo que, na maioria dos casos relatados, as vítimas tinham as suas cabeças raspadas a mando dos criminosos.

⁴¹ Revista Marie Claire. Editoras Globo. Edição de agosto de 2012.
Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/1,,EMI313737-17737,00.html>

A reportagem apresentava casos similares a alguns que me foram relatados durante a realização do trabalho de campo no Morro da Formiga. Um dos relatos refere-se ao caso de Joana, idêntico, em linhas gerais, às histórias apresentadas nas páginas da revista. Aos 22 anos, ela foi agredida e teve os cabelos cortados por pessoas que afirma não saber quem eram (ainda que não ignorasse os motivos que levaram à agressão). Joana contou que a "punição" teria sido motivada pelo fim do seu relacionamento amoroso com um integrante da facção criminosa que atuava no Morro. Mais que isso, segundo o seu relato, as quatro pessoas que a “esculacharam” o fizeram devido à suspeita de que ela teria traído o seu ex-companheiro, que resolveu dar o troco:

“tava junto tinha um ano, mas não queria mais... Ele tinha mudado muito! A gente morava junto, mas ele estava ruim e eu resolvi terminar. Voltei pra casa da minha mãe, sumi... Ele ouviu uma fofocas, algumas pessoas falaram que ele era corno, que eu tinha outro, que traía ele... Tudo mentira! Um dia, no baile, me pegaram e rasparam o meu cabelo todo. Eu não sei quem foi que raspou! Mas eu fiquei careca. Me agrediram, chamaram de piranha, de safada e mais um monte de coisas. Eu me afastei por um tempo, fui pra pista, voltei pra cá tem pouco tempo.”

(Joana, 25 anos, Moradora do Morro)

Aqui, não importa discutir quais foram os motivos que levaram à agressão sofrida por Joana. Como ela mesma reconhece, no caso em tela, não teria sido a

discordância acerca do fim do relacionamento o que mais pesou na punição, mas sim a suspeita de que ela teria traído o seu companheiro, o que gerou a sua exposição pública perante os moradores no Morro da Formiga e demais traficantes que atuam na localidade:

“Ele não queria pagar de corno, mas as fofocas estavam demais... Ser corno aqui ou em qualquer lugar pega mal... E, como todo mundo tava comentando, ele resolveu me esculachar... e o esculacho⁴² foi cortar meu cabelo... cabelo demora pra crescer, né? Ele me marcou...”

(Joana, 25 anos)

De acordo com os relatos de outros moradores, além de suspeitas de traição ou traição comprovada, também as fofocas, brigas entre mulheres, dívidas na boca-de-fumo, rixas e, principalmente, o contato com a polícia costumavam ser julgadas como condutas passíveis de punição pelos agentes da facção local. O corte dos cabelos próximo ao couro cabeludo correspondia, no caso, a um tipo de sanção especialmente dirigida às mulheres. Raspar a cabeça de alguém, naquele contexto, operava como a imposição de um castigo que servia para humilhar, expor a vítima, “pra deixar feia”, “um esculacho pra servir de exemplo” como, de resto, ocorria com quase todas as punições aplicadas. As sanções, nesse sentido, pareciam operar localmente como uma espécie de "discurso público" (GEERTZ: 1978) pautado pela “lógica do exemplo”. Como relatou um dos meus interlocutores,

⁴² No contexto de realização da pesquisa, por diversas vezes, ouvi de meus interlocutores o emprego de termos como "esculachar", "esculacho", "esculachado", entre outros. No caso em questão, tratava-se, evidentemente, da utilização de uma categoria êmica. Já para uma discussão sobre o "esculacho" como categoria sociológica, sugiro a leitura de PIRES, L. Esculhamba, mas não esculacha!: uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2011.

“A pedagogia do movimento era assim... Se vacilasse ia ser esculachado pra todo mundo saber... Todo mundo ia saber o que fulano fez e o castigo que levou... Assim ninguém ia fazer igual... Tu acaba aprendendo... Ninguém vem na tua casa avisar o que não pode, mas de algum jeito tu fica sabendo... Tem história, né? Se fulano roubou aqui dentro e tu fica sabendo que ele tomou tiro na mão... Tu vai roubar? Só se tu for burro, né?”

(Morador do Morro da Formiga, 45 anos)

Com o tempo, as regras transmitidas informalmente, a partir do exemplo, acabaram ganhando contornos de estatuto, tornando-se, assim, as “regras do Morro” que, embora não estivessem inscritas em nenhum lugar, eram não só conhecidas como seguidas por praticamente todos os que residiam ou transitavam pelo Morro da Formiga:

“Toda favela, todo Morro tem suas regras... Quem diz o que pode é o dono... Aqui era Comando Vermelho... Era o C.V. quem mandava... ainda manda...”

(Morador do Morro da Formiga, 45 anos)

Embora igualmente "pedagógicas", as sanções eram classificadas hierarquicamente, o que revela a existência de uma série de significados relativos aos padrões de controle e sociabilidade locais. O corte dos cabelos, por exemplo, era tido como um tipo de punição relativamente leve, já que, como disse uma de minhas interlocutoras, “o cabelo cresce... demora, mas um dia cresce”, o mesmo não

podendo ser dito, porém, das sanções aplicadas aos X-9, por exemplo. A esse respeito, deve-se assinalar que, durante o trabalho de campo, fui recorrentemente informada de que o contato com a polícia ou com jornalistas não costumava ser bem visto nos "tempos do tráfico". Esse tipo de contato, por si só, configurava-se como capaz de marcar a pessoa como delator ou X-9, o que, uma vez confirmado, poderia submetê-la a sessões de tortura ou até mesmo à pena de morte, como ocorreu com o jornalista. Essa era uma falta considerada gravíssima naquele contexto, posto que “o x-9 é o maior inimigo do Movimento”. Estar “metido com a polícia”, falar com a imprensa ou provocar confusões que pudessem atraí-los ao Morro eram, segundo os meus interlocutores, atitudes mal vistas entre os traficantes, o que, fatalmente, gerava a aplicação de sanções. Como disse um entrevistado,

“Não pega bem ser visto com polícia... Aqui ficava todo mundo de olho... Não tinha que trazer polícia pro morro, atrapalhava... Roubar aqui dentro ou perto sabia que ia arrumar problema... Não pode roubar aqui dentro. Se fizer, sabe que pode ser expulso, tomar tiro na mão...(...) Se for pego conversando com polícia vai sair de x-9, língua de trapo... Não pode!”

(Morador do Morro, 40 anos)

Contrariando, assim, a ideia de que localidades como o Morro da Formiga eram caracterizados pela "falta", inclusive de lei e ordem, os dados de campo apontam que o "tráfico", ainda que coercitivamente, estabelecia formas de regulação social que geravam uma certa previsibilidade em relação ao comportamento e às condutas dos

diversos sujeitos. Nesse sentido, Carlos, 17 anos, ex-funcionário do tráfico local, como ele mesmo se classificou, salientou que:

“...quando era o movimento, a gente sabia como funcionava... era fechamento dos caras. Sabia o que podia e o que não podia... Andava na linha pra não ser esculachado... Conhecia eles, meus parceiros, só fechamento mesmo...”

(Carlos, 17 anos, ex-funcionário do tráfico)

Ainda que isso não signifique anuência quanto aos métodos de imposição das regras pelo "tráfico", alguns entrevistados representaram como célere e eficiente a maneira como a facção criminosa administrava os conflitos locais. No entanto, elementos como "contexto", "fechamento" e “conhecimento” (todos mais ou menos semelhantes, do ponto de vista semântico) figuravam, segundo os entrevistados, como tendo influência direta na maneira como se dava a resolução das disputas, dos conflitos e dos desacordos:

“Aqui é cada um no seu canto, eles respeitam o morador que respeita eles... Se você tem um problema, se um vizinho teu tava causando confusão contigo, você vai nos garotos⁴³ e conta... Eles vão ver o que tá acontecendo... Vão ver quem tá com a razão...”

(Moradora do Morro, 48 anos)

⁴³ Os vocábulos "meninos" e "garotos" costumam ser alternadamente empregados em referência aos agentes do tráfico varejista de drogas, não só no contexto empírico onde foi realizada a pesquisa, mas também em diversas outras áreas da cidade em que eles atuam. Embora essa não seja a única explicação possível para o fato, por conta das disputas entre facções criminosas e da alta rotatividade dos ‘comandos’ das áreas dominadas pelo tráfico no Rio de Janeiro, tem-se observado uma significativa diminuição da faixa etária dos traficantes, o que parece ter contribuído para a difusão das supracitadas formas de referência.

“Ninguém ia reclamar nada no DPO, se tinha alguma reclamação... Se tinha contexto... ia nos caras e falava o problema... Não era levar picuinha não... Era pra falar de coisa séria... Eles iam dar um jeito...Dava ideia em quem tava vacilando, todo mundo tinha respeito... respeitava mesmo e não tinha jeito! Eu aluguei a meia água que eu tenho aqui em casa... 100 reais, isso tem uns anos... O cara que tava aqui começou a me dever... Ficou devendo 3 meses... Mas não pagava de jeito nenhum... Ai um belo dia eu cansei de cobrar e falei com um menino que eu sabia que era envolvido....Bom menino! Não vou falar quem é porque ele ainda tá aqui, ficou... Tu sabe que muitos foram embora, né? Ele falou com o cara, numa boa... Disse que era pra me pagar.... No dia seguinte ele me pagou e nunca mais atrasou um dia! Se tu fosse na polícia eles iam falar que não tem contrato, que tem que ir na delegacia... enrolação... Aqui era tudo resolvido rápido!”

(Moradora do Morro, 35 anos)

Muito embora isso também não signifique que os moradores aprovassem a atuação da facção criminosa no Morro da Formiga, a regulação exercida por seus agentes era acatada por todos e raramente criticada, pelo menos publicamente. O fundamental, nesse sentido, parecia ser a demonstração de respeito às regras de convivência vigentes, assim como aos limites que, por meio delas, se impunha aos moradores da localidade. Observe-se o que é apresentado a esse respeito no seguinte trecho de entrevista realizada com uma Moradora do Morro da Formiga, de 29 anos:

Entrevistada: *“Eu não me envolvo com bandido, mas a gente aprende a conviver... usa droga, compra e vende quem quer... Aqui você precisava orientar muito o teu filho, porque não tem como impedir conviver... Tu chegou a vir aqui no Morro antes da UPP?”*

Pesquisadora: *Não, a primeira vez que eu vim já estava com a UPP.*

Entrevistada: *“Minha filha, tu não tem idéia então! Aqui é pequeno mas tinha muito bandidinho... Tudo desfilando de arma na mão... e tinha o DPO lá em cima! Tu faz o que? Fecha o olho e acabou!”*

Pesquisadora: *Mas, como assim, “fecha o olho”?*

Entrevistada: *“Ué, finge que não vê, passa reto! Cada um no seu canto... Se você não mexe com eles, eles não mexem com você... Cada um sabe quem é quem... Tem que seguir as regras... quem segue as regras não tem problema...”*

Pesquisadora: *Que tipo de regras?*

Entrevistada: *“Regras que tu vai aprendendo... Todo mundo sabe que não pode roubar aqui dentro da favela... que não pode ficar de papo com polícia, ficar devendo... Tem gente que ainda dá mole... sabe, mas faz... aí roda...”*

(Trecho de entrevista realizada com moradora do
Morro, 29 anos)

Dentre os moradores entrevistados, nenhum afirmou ter procurado, a qualquer momento ou por qualquer razão, o DPO, que ficava situado no topo do Morro da Formiga antes da implantação da UPP. Para a solução das mais variadas questões, inclusive, envolvendo conflitos, valiam-se de recursos próprios ou, então, pediam auxílio aos “meninos”. De acordo com representação dominante naquele contexto, procurar a polícia, muitas vezes, significava “perda de tempo” e “ganho de problema”.

“Tu ia no DPO pra que? Primeiro, que ele tava vendido, não ia te resolver nada, tu só ia arrumar problema pra você... Não tinha que ter papo com polícia... Aqui, a polícia era tipo bandido, tirava o dela e ficava lá... Se tu tinha contexto, ia lá e o Comando ajudava...”

(Morador do Morro da Formiga, 50 anos)

A experiência com a polícia, nos tempos do DPO, era recorrentemente apontada como algo negativo, sendo os policiais que ali atuavam genericamente representados como “os policiais bandidos”. Segundo os policiais lotados na UPP, essa representação dificultava bastante o trabalho, assim como a aproximação dos moradores, posto que implicava num exercício constante e cotidiano de tentar se fazer respeitar.

“Quando a gente chegou, o morador já tinha a imagem do polícia do DPO. Então, olhava pra gente e achava tudo igual. A polícia carrega essa cruz de corrupta, né? Tem muito policial que entrou pra polícia já pensando na

sacanagem, em tirar um cascalho. Mas, não são todos. Quando eu entrei pra polícia, meus parentes diziam que eu ia me contaminar, ia acabar querendo tirar um também... Esse tipo de imagem atrapalha, por que o morador não vai respeitar o polícia... Tu vai respeitar alguém que tu acha que vive na sacanagem? Não vai... Aí fica difícil trabalhar... O morador não respeita o polícia e o polícia não vai respeitar o morador...”

(Policial da UPP do Morro da Formiga, 27 anos)

Se, por um lado, a chegada da UPP representava a entrada de novos policiais naquele território, por outro, isso não significava, necessariamente, a saída de alguns antigos e conhecidos residentes. Tanto que, quando solicitava aos moradores que me fizessem relatos sobre o tráfico local, quase sempre recebia respostas aparentemente me alertando para o fato de que “o tráfico não acabou!”. Ainda que indiretamente, a presença da facção criminosa ainda se fazia sentir, o que podia ser verificado, por exemplo, nas inscrições das iniciais C.V. em alguns muros da favela que, embora fossem visivelmente apagadas, apareciam reescritas pouco tempo depois. A certa altura da pesquisa, me dei conta de que vários dos meus interlocutores não se sentiam confortáveis em falar sobre como era a vida no Morro com a presença ostensiva dos traficantes. Vi que deveria alterar a forma de encaminhar a questão e passei, então, a estimulá-los a falar sobre como era a vida na Formiga após a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora.

A POLÍCIA PACIFICADORA E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

“Eu estou aqui tem muito tempo, passei minha vida aqui... Criei meus filhos nessa casa, fomos aumentando ela aos poucos...Tive 5 filhos, todos moraram aqui... Isso aqui era só um quartinho...Tudo junto... Meus filhos dormiam todos empuleirados na mesma cama... Você consegue imaginar? Cinco crianças e eu, gordinha, numa cama de casal? Não é essa cama que você tá vendo aqui não... Ela eu fiz questão de jogar fora... Tive 5 filhos, dois eu coloquei pra fora...Viraram bandidos... Como é que eu, pobre, ia fechar o olho pra filho que chega em casa com roupa de marca, tênis da moda e olho vermelho? Não pensei duas vezes...Fui direto falar com o Dono... Fui lá... era um magrelinho, esqueci o nome dele...Vagabundo... Viciava os filhos dos outros...Viciou dois filhos meus... Não gostavam de estudar e foram se juntar com a vagabundagem... Fui no Dono do jeito que você tá me vendo aqui, isso tem 5 anos... Fui lá e falei que ele podia ficar com meu filho, eu não ia ficar com vagabundo dentro de casa...Juntei tudo deles e botei na rua...Não durou muito e vieram me avisar que tinham matado o mais velho... Encheram ele de tiro, muito tiro na cara...Quando vieram me avisar disse que quem tinha que enterrar era a vagabundagem...Eu não criei filho pra enterrar desfigurado de tiro... Meu filho morreu e depois mais uns outros... Quando

a polícia chegou aqui, você não tem idéia...Eu comemorei... Muita gente estava feliz, mas não dizia porque tinha medo da bandidagem... Eu comemorei! Só de lembrar daquele dia...olha só... [apontou para os olhos mareados]... Eu sabia que viriam coisas boas... Olha pro Morro...Quando você sair daqui....Dá uma olhada...Não tem lixo, não tem a vagabundagem andando armada... As crianças não tão mais crescendo com a bandidagem...Você vai encontrar os viciados, isso não tem jeito, mas acho que ninguém mais vai ter que buscar corpo de filho lá no mato... Depois da UPP... Nenhuma mãe vai ter que buscar filho no mato...Isso acabou...

(Dona Ana, Moradora do Morro da Formiga, 50 anos)

Embora não reflita a existência de um consenso em torno da questão, o relato supracitado é emblemático pois apresenta um conjunto de representações relativas aos períodos pré e pós-implantação da UPP no Morro da Formiga. Com a nova conjuntura, considerada mais tranquila, não foram poucos os que, como Dona Ana, comemoraram entusiasticamente a novidade. Não obstante, embora a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora correspondesse à entrada de serviços, assim como a diminuição da beligerância e das ações violentas na localidade, isso não significou o fim dos problemas dos moradores que se viam, agora, frente a um novo desafio: o de lidar com a presença policial cotidiana em seu território e, o mais importante, o de aprender a se portar conforme a nova ordem estabelecida.

As regras estipuladas pelo “Movimento”, antes da chegada da UPP, pareciam claras, explícitas e, mesmo sob a égide do medo, das punições e exposição pública, bem ou mal, regulavam efetivamente boa parte das relações locais, como vimos anteriormente. Sob uma espécie de “consenso coercitivo”, os agentes do tráfico impunham aos moradores uma série de regras que, se não desejadas, eram pelo menos respeitadas, como num acordo tácito visando à não interferência dos habitantes do Morro da Formiga em suas atividades e vice-versa. Como destacou um policial, “o tráfico tinha suas próprias regras. O morador não interferia no trabalho dele e ele não interferia na vida do morador. Era cada um no seu canto.” Até a chegada da UPP, era essa a “política” de regulação social vigente e era ela, também, que deveria ser superada em nome da “nova ordem” que se estabelecia. Como assinala um morador da Formiga, de 38 anos,

“Tem as regras do Morro. Tudo o que pode e o que não pode. A gente que cresceu aqui aprende... Agora, com a polícia, muita coisa mudou e a gente tem que se encaixar... As pessoas têm reclamado por causa do Baile (Funk) que acabou depois da UPP... Eu acho errado acabar, porque é o lazer da gente. Mas, agora, a regra é da polícia, né? Ela que tem que resolver...”

A presença da polícia trouxe, assim, uma série de novidades que, de acordo com as representações locais, oscilavam entre benefícios, desconfortos e tensões. Veja-se, nesse sentido, o que dizem os seguintes relatos apresentados por moradores da Formiga:

*“Desde que a UPP chegou, **todo mundo é suspeito...** Olha pra gente como se fosse bandido, **revistam toda hora e ninguém gosta!** O **baile acabou**, não pode ter mais... agora **pedem um monte de exigência... tem que ter segurança, tem que ter não sei quantos banheiros...** Tudo bem não tocar proibido. Isso eu acho certo... Falam que, com a polícia aqui agora, tem que ser como na pista. Mas, tu concorda comigo que o Morro não é pista?”*

(Morador do Morro da Formiga, 25 anos, grifos meus.)

*“A UPP é uma coisa boa. Ninguém aguentava mais a bandidagem daqui, a verdade é essa... **Eles arrumaram o moto-taxi.** Agora todo mundo tem que ter capacete... Esse tipo de coisa é bom... Mas tem muito policial que não sabe tratar o morador... **Não entende que tem gente honesta e sai tratando todo mundo como bandido...** A comandante recebe todo mundo, ouve. Mas, tem soldado que não quer nem saber, sai tratando mal e isso não pode...**Tem que respeitar! E a verdade é que nem sempre respeita!**”*

(Moradora do Morro da Formiga, 29 anos.)

Se, por um lado, a população teve que aprender a lidar com os novos códigos que se pretendia estabelecer com a chegada da UPP. (amplamente representados como em substituição à "lei do tráfico"); por outro, os policiais também se viram diante da necessidade de responder a novas e muitas vezes inusitadas demandas que se lhes apresentavam. No novo contexto, problemas que, segundo uma perspectiva mais tradicional, eram relegados à condição de menor importância passaram a ser,

conforme já mencionado, rotineiramente encaminhados à polícia. Como informou um dos agentes da UPP, as ocorrências que chegavam a eles eram "cada vez mais assistenciais". Daí, portanto, serem considerados problemas de “menor importância”. Segundo ele,

*“Tem morador que vem aqui pra reclamar de luz. Isso não é bem o trabalho da polícia, mas a gente ajuda... Tenta escutar o morador... Tem briga de vizinho, bobeira... Então, foi bom que colocaram o **Centro de Mediação**, porque aí tem um policial só pra cuidar dessas coisas menores...”*

(Soldado da UPP do Morro da Formiga, 28 anos, grifos meus)

Um outro policial, também lotado na UPP, afirmou que, com a chegada da Unidade àquele território, cabia agora à polícia a atuação face aos múltiplos problemas apresentados, inclusive aos assim chamados *conflitos de proximidade*.⁴⁴ A diversidade de problemas, em sua maioria sem qualquer relação com drogas e armas, implicou na adoção de novas estratégias e instrumentos para administração dos conflitos locais, alguns dos quais até então desconhecidos não só da população como dos próprios policiais. Um desses instrumentos era o *Centro de Mediação de Conflitos*. Como indica um policial, o papel do centro é, fundamentalmente, o de agilizar a resolução dos conflitos. Segundo ele,:

⁴⁴ Entende-se como conflitos de proximidade, aqueles conflitos que envolvem, principalmente sujeitos cuja relação é continuada, por exemplo, entre vizinhos; membros da mesma família, etc.

“quando era o tráfico, quem resolvia era o traficante. Ele que decidia... Pro morador, o tráfico saiu e entrou a polícia e as coisas ficaram mais lentas... o Centro vem acelerar a resolução dos conflitos, dar um empurrão, conscientização... Com o tráfico, as regras eram claras, todo mundo sabia o que podia e não podia. Agora que os traficantes saíram, as pessoas precisam entender como funciona... A gente está aqui pra ajudar... pra acelerar, ser imparcial, sem o juízo do tráfico...”

(Policial da UPP do Morro da Formiga, 28 anos.).

O INSTITUTO DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Aos menos desde a década de 1980, quando tem início o período de redemocratização brasileiro, temas como violência, criminalidade e conflitos têm sido amplamente discutidos na busca por possíveis caminhos para a implementação ou ampliação dos princípios de um Estado democrático de direito. Embora a Constituição Federal de 1988 represente formalmente a consolidação de esforços nesse sentido, o cenário político-jurídico brasileiro ainda apresenta problemas graves e grandes entraves à sua efetiva consolidação. Ao considerarmos, por exemplo, nosso sistema de Justiça, o modo como opera e se organiza, observamos a existência de elevados índices de litigância, tanto no âmbito criminal quanto no civil. Como consequência, detectamos no sistema certa morosidade, o que será fortemente criticado, uma vez que impõe significativos obstáculos à efetiva democratização e ao exercício de direitos considerados fundamentais para os cidadãos.

De acordo com o que sustentam as Nações Unidas, o acesso à justiça se configura como direito humano, elemento importante para redução da pobreza e chave fundamental na promoção e manutenção da paz. A baixa efetividade e o déficit em sua qualidade, amplamente detectados no sistema brasileiro, representam, assim, sérias ameaças aos princípios basilares da democracia, inviabilizando o seu desenvolvimento. Embora os problemas observados não se limitem ao cenário brasileiro e sejam detectados em outros sistemas de justiça pelo mundo, as críticas aqui residem, fundamentalmente, no modo como a justiça opera e na maneira específica como se organiza. Em destaque está, como já apontado, a morosidade judicial, que parece emperrar os tribunais e seus operadores em pilhas de processos nas mais diversas instâncias judiciais. Os elevados custos das práticas litigantes e a inadequação do modelo adversarial na gestão de certos conflitos, parecem completar o rol dos elementos identificados como entraves para a oferta de respostas satisfatórias às diversas demandas por direito.

Parece correto afirmar que o notável aumento de demandas ao sistema de justiça apontam para o surgimento de novos direitos e para transformações sociais, algo que, por um lado, pode ser considerado bastante positivo. Mas, por outro, essa mesma intensificação na busca por direitos (e, sobretudo, no que tange às respostas que lhe são tradicionalmente oferecidas) representa, também, para diferentes atores sociais, algo preocupante, do ponto de vista da garantia do seu exercício efetivo, tanto no que concerne aos direitos de caráter individual, quanto no que diz respeito aos chamados direitos coletivos ou difusos.

Como observam Mello e Baptista (2011), desde o início da redemocratização, o Brasil tem sido palco de importantes propostas e mudanças no âmbito de algumas das suas instituições. Observa-se, pois, um movimento no sentido da modernização

que, apontam, inclusive, na direção das demandas pela almejada Reforma do Judiciário. De acordo com as referidas autoras, a adoção de “medidas alternativas” para a administração dos conflitos no País se dá exatamente nesse contexto, em que o Judiciário se vê quase que consensualmente representado como pesado, moroso e, por isso mesmo, ineficiente. A necessidade de se criar novas instituições visando "diminuir o abismo que ainda separa o direito e os tribunais da sociedade" (MELLO; BAPTISTA, 2011, p.98), favoreceu a emergência e a difusão do instituto de mediação de conflitos (assim como do de conciliação, do qual não nos ocuparemos aqui), não só pelos tribunais brasileiros, como também em "outras organizações da sociedade, sejam elas públicas ou privadas, governamentais ou não-governamentais" (Ibdem).

De acordo com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a Mediação de Conflitos é, por definição, um processo voluntário que oferece àqueles que estão vivenciando um conflito familiar, ou qualquer outro conflito de relação continuada, a oportunidade e o espaço adequados para solucionar questões de ordem diversa. Segundo o Tribunal, na mediação, as partes poderão expor seu pensamento e terão uma oportunidade de solucionar questões importantes de um modo cooperativo e construtivo.⁴⁵

Foi, portanto, buscando promover a aproximação entre os cidadãos e os seus direitos, assim como conferir celeridade aos processos de administração de conflitos, que o instituto da mediação foi concebido, ou seja, foi apostando na explicitação dos conflitos e na decisão, pelas próprias partes envolvidas, dos interesses em jogo que tal tecnologia social veio a se constituir, chegando a ser adotada, para além dos tribunais,

⁴⁵ Fonte: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/pagina-inicial/mediacao/o-que-e-mediacao>

pelas mais diversas instituições, inclusive, pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Em 18 de agosto de 2010, uma reunião com a presença de membros do Governo do Estado e do Poder Judiciário resultou na assinatura de um termo de cooperação técnica entre as partes, cujo objetivo consistia em realizar a capacitação de policiais militares lotados em Unidades de Polícia Pacificadora para a mediação de conflitos. À época, a cidade contava com 12 Unidades instaladas em distintos territórios e o termo estabelecia que, durante os dois anos seguintes, o TJERJ disponibilizaria todos os instrumentos (infraestrutura, professores e materiais) necessários para que todo o contingente policial lotado em UPPs pudesse ser preparado para dirimir conflitos entre moradores, familiares e vizinhos, os chamados conflitos de proximidade, evitando, assim, que tais conflitos chegassem ao Judiciário. Na primeira etapa do curso, 120 policiais, dentre eles alguns oficiais, foram selecionados e tiveram aulas sobre conteúdos diversos, sobretudo focados em técnicas de comunicação não-violenta. Após isso, três policiais de cada uma das 12 Unidades em operação à época e que teriam se destacado na primeira fase, foram selecionados para realizar a segunda etapa do curso, esta um pouco mais extensa. Findo, o curso, os concludentes foram certificados e passaram a atuar como mediadores nas UPPs em que estavam lotados.

Formalmente, a assinatura do acordo visava preparar policiais para administrar conflitos em contextos de operação das UPPs. O objetivo precípua, como disse um entrevistado, era “possibilitar que a população seja capaz de encontrar a melhor solução para seus conflitos”. Assim, a partir de um projeto intitulado *Programa de Mediação em Comunidades Atendidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora*

(UPPs) no Rio de Janeiro, o Tribunal de Justiça do Estado se comprometeu a realizar um curso de capacitação para policiais, para que estes, então, se tornassem mediadores de conflitos. Coordenado por uma desembargadora do Tribunal de Justiça, o Programa concorreu e foi vencedor do *Prêmio Innovare*⁴⁶ – dedicado a laurear práticas inovadoras de modernização do Sistema Judiciário. De acordo com a coordenadora do Programa, a inovação trazida pelo instituto da Mediação consistia no fato de que ela:

“difere de métodos como a conciliação e arbitragem, que também são formas extrajudiciais de solucionar conflitos. Na arbitragem, a decisão é tomada por um terceiro. Na conciliação, o juiz ou o conciliador tem o papel de sugerir soluções às partes. Na mediação, por sua vez, a decisão sobre a melhor forma de resolver a questão é dos interessados. São os litigantes que vão sugerir uma maneira adequada de resolver o problema. O trabalho do mediador pode durar vários encontros. É preciso paciência, pois a solução para o conflito vem das partes.”

⁴⁶ Promovido pelo o Instituto Innovare, o objetivo do Prêmio Innovare é identificar, laurear e disseminar práticas inovadoras realizadas por magistrados, membros do Ministério Público estadual e federal, defensores públicos e advogados públicos e privados de todo Brasil, que estejam aumentando a qualidade da prestação jurisdicional e contribuindo com a modernização da Justiça Brasileira

Pelo que pude observar, ainda na época em que ministrava cursos de capacitação para os policiais, o curso referido acima e as práticas de mediação eram tema de constantes debates. Indicados para o curso por seus comandantes, alguns policiais não se mostravam satisfeitos com a escolha. Alguns, inclusive, consideravam aquilo um castigo, posto que o curso era “irrelevante para o trabalho policial” e a mediação, segundo eles, sequer fazia parte do que representavam como funções propriamente policiais. Não obstante, apesar das posições abertamente críticas e até mesmo contrárias às inovações propostas, ainda no ano de 2010, no dia 16 de dezembro, foi instalado o primeiro Centro de Mediação de Conflitos em uma Unidade de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro: O Centro de Mediação do Morro da Formiga.

Foi lá que, originalmente, pretendi desenvolver a maior parte da pesquisa etnográfica. Meu interesse estava centrado em observar de que maneira as sessões de mediação se desenvolviam, quais os conflitos que lá chegavam, como eram administrados, enfim, como operava *in loco* aquela nova tecnologia social. Entretanto, este objetivo foi frustrado diante do argumento dos mediadores de que as sessões de mediação exigiam sigilo. Embora tivesse a autorização da comandante da UPP para acompanhar tais sessões, foram diversos os obstáculos que, em diferentes momentos, se ergueram, me impedindo de fazê-lo. Um fato curioso quanto à interdição (sempre sob a justificativa de se tratar de um procedimento secreto que, como tal, só dizia respeito às partes e vedava, portanto, a presença de testemunhas⁴⁷) é que tal postura colocava as práticas e procedimentos adotados sob a forma do "segredo", o que, em

⁴⁷ Embora se saiba que os conflitos que atingem a esfera da família devam ser tratados sob “segredo de justiça para proteção das pessoas”, a mediação adotada na Unidade de Polícia Pacificadora, muitas vezes, não necessariamente observava as formalidades exigidas pelo instituto da mediação. Assim, o controle do acesso às informações e práticas foi exercido pelos policiais com base em critérios de ordem subjetiva, o que colocava suas práticas, condutas e procedimentos sob a forma de segredo.

certa medida, se opunha à ordem anterior, a do tráfico, na qual as regras utilizadas para a solução dos conflitos, embora passíveis de críticas, eram explícitas, públicas e claras.

Diante disso, me vi obrigada a reorientar metodologicamente a pesquisa. Se eu não podia testemunhar diretamente o que se passava no interior do Centro de Mediação, durante a realização das sessões, procurei ter acesso ao que os usuários daquele serviço tinham a dizer a esse respeito. Pelo que pude apurar, a maioria dos conflitos que chegavam ao Centro de Mediação envolvia conflitos de proximidade: brigas entre vizinhos, rugas familiares e desacordos relacionados à ocupação de terrenos no Morro. Curiosamente, as sessões de mediação só eram realizadas quando os conflitos em questão envolviam moradores. Não tive notícia, durante o trabalho de campo, de que a mediação tenha sido utilizada (ou pudesse ser solicitada) para administrar conflitos envolvendo moradores e policiais. Nesses casos, os conflitos pareciam ser normalmente encarados como uma afronta à autoridade policial, como uma clara oposição, portanto, dos populares à ordem que, então, se tentava estabelecer.

Embora alguns dos casos que me foram relatados tenham gerado compromissos judiciais, a maioria das sessões de mediação era conduzida informalmente pelos policiais, nas chamadas “mediações em pé”, realizadas, via de regra, nas ladeiras do Morro. A sala de Mediação era um ambiente pouco utilizado. Na verdade, quase inutilizado. Pelo que pude depreender, o local onde a sala do Centro de Mediação havia sido instalada parecia afastar a população. Situada em um dos andares do antigo DPO, na parte alta do Morro, era um ambiente estruturalmente adaptado para favorecer os princípios da mediação (a sala era climatizada e possuía uma mesa redonda com cadeiras confortáveis distribuídas ao seu redor). Entretanto,

aquele ambiente remetia a um passado ainda recente e tido como pouco aprazível. Como assinala a comandante da UPP da Formiga,

“Muita gente não procura a Mediação porque não quer entrar no DPO. Construíram a sala lá, mas quase não se usa. Tudo é muito recente! A mediação, a sala... O passado ainda é muito vivo pro morador”

(Comandante da UPP, Capitão Carvalhaes)

Caso, porventura, houvesse, após uma sessão de mediação, a assinatura formal de um acordo entre as partes, os mediadores deveriam, em obediência às instruções do tribunal, enviá-lo para o Núcleo da Defensoria Pública para que este fosse, então, homologado. No entanto, como dito, a maioria das mediações acabava mesmo em acordos informais. Nesse sentido, cabe aqui uma breve digressão, posto que a mesma informalidade apontada nos processos de mediação dos conflitos foi também verificada em relação ao registro das ocorrências no âmbito da UPP do Morro da Formiga. Pelo que pude apurar, o Talão de Registro de Ocorrência (TRO), instrumento utilizado pelos policiais quando há algum fato atípico ocorrendo e que demande atuação policial, nem sempre é utilizado. Nem todas as ocorrências geram TRO, mas, quando geram, elas são registradas no Livro de ocorrências da UPP. Uma vez emitido o TRO, o mesmo deve ter uma cópia enviada ao CPP. O envio é feito pela internet ou outros canais, quando o acesso à rede não está disponível. Os critérios para preenchimento do TRO não são uniformes, embora haja a orientação formal de que todas as ocorrências devem ser nele registradas. Geralmente, o TRO é confeccionado quando as ocorrências são de caráter criminal, envolvendo

encaminhamento à delegacia (prisões, apreensões de armas e drogas, etc). Dependendo da ocorrência e do seu desfecho (se ela “foi resolvida no local”), pode ser que não seja gerado TRO. É o que verifica, por exemplo, na maioria das ocorrências que envolvem conflitos de proximidade e “perturbação do sossego”. A CPP, por sua vez, reúne os TROs enviados pelas Unidades e monta uma espécie de banco de dados que traça um panorama geral das ocorrências registradas, sejam elas criminais ou não. Evidentemente, esse banco de dados não representa de modo fidedigno a dinâmica de operação das UPPs, atendo-se, apenas, àquilo que os policiais em serviço julgam pertinente registrar⁴⁸.

Um exemplo de como passou a ser o processo de administração de conflitos com a chegada da UPP e do Centro de Mediação ao Morro da Formiga pode ser dado com o caso do João, um dos meus interlocutores na localidade. Durante o trabalho de campo, conheci este senhor, de 51 anos, todos eles vividos no Morro, como costumava dizer. Por causa de um vizinho, que classificou como “indigesto”, João procurou a Unidade de Polícia Pacificadora e apresentou o seguinte problema: seu vizinho, um rapaz de 25 anos, realizava obra em sua casa e despejava todo o entulho na porta de João. Depois de discutirem asperamente por várias vezes, João, “para não fazer uma besteira”, comentou sobre o caso com um policial da Unidade, na esperança de que ele pudesse ajudá-lo a resolver o impasse. O policial indicou, então, o Centro de Mediação.

⁴⁸ Para uma discussão sobre registro e sistemas classificatórios da polícia, cf. GUEDES (2008), MIRANDA, A. P. M., OLIVEIRA, M. B. & PAES, V. F. (2010) e MIRANDA, A. P. M. & PITA, M. V. (2011).

De acordo com o meu interlocutor, “antes, era resolvido rápido, com o Movimento.” Quem tinha “o conhecimento” ia lá e o problema estava resolvido, dizia ele. Já com a UPP, veio também uma nova forma de resolver os conflitos, totalmente diferente da anterior: a mediação. “Para ver como é”, João solicitou uma sessão. Afirmando não temer a relação com a polícia, foi em busca do seu auxílio para ver que destino poderia ser dado à sua demanda. Para a surpresa do meu entrevistado, o mediador compareceu à sessão de mediação à paisana, razão pela qual João afirmou que ele “nem parecia polícia”. A ausência de fardamento era adotada para eximir o mediador, ao menos visualmente, da figura de policial durante a sessão de mediação. Acreditava-se que estar fardado remetia à presença de símbolos de autoridade que poderiam vir a comprometer o desenvolvimento dos trabalhos. A sessão, ou melhor, a conversa, como definiu João, aconteceu fora da sala do Centro de Mediação, como de costume. Ciente da queixa de João, o policial mediador resolveu conversar com ele e depois com o vizinho, separadamente. Após conversar com João, o mediador apresentou a queixa e perguntou ao vizinho o que poderia ser feito a respeito. Por fim, os colocou frente a frente para que se firmasse um acordo.

Durante a conversa com o policial, o vizinho assumiu que colocava o entulho na porta de João e prometeu buscar meios para resolver o problema. Este, por sua vez, mostrou-se indignado diante da rápida assunção do erro pelo vizinho. Dizia: “Precisava disso? Não precisava! Era só tirar!” Tentando acalmá-lo e pôr um ponto final à questão, o mediador se prontificou a acionar o órgão responsável para que a remoção do entulho fosse feita o mais rápido possível. Dois dias depois da mediação, o entulho foi removido. Para João, segundo o qual “foi tudo rápido”, o problema havia sido resolvido. Entretanto, há de se notar que alguns moradores, após a implantação da UPP, ainda se mostravam receosos em procurar a polícia para

administrar os seus conflitos, mas João parecia, se não satisfeito, pelo menos resignado com a presença e atuação policial. Segundo ele,

“Tem gente que não gosta da polícia no Morro. Mas, agora que chegou a polícia é ela que manda no Morro. Vou agir conforme a lei.”

(João, Morador do Morro da Formiga, 50 anos)

Se, antes, para os meus interlocutores, era o tráfico quem ditava as regras, agora, era a polícia que figurava como a nova face da ordem no território. Aos poucos, os atores locais pareciam procurar, se não o Centro de Mediação em si, o auxílio policial para dirimir seus conflitos. Exemplo disso pode ser observado no caso de Ana, 32 anos, outra moradora do Morro que procurou o Centro por causa de uma briga com o ex-marido. Segundo ela, o problema acabou assim que os policiais agiram.

“Ele me xingava, dizia que ia tirar a minha filha, me ameaçava. Procurei os policiais e tudo se resolveu! Ele não é mais meu marido e não me perturba. Eu não procuraria os caras antes.”

(Ana, 32 anos, Moradora do Morro da Formiga)

No novo contexto institucional, Ana procedeu da mesma forma que João: procurou um dos mediadores e apresentou o seu problema. O policial fez contato

telefônico com o ex-marido e, na sequência, marcou a sessão de mediação. No dia combinado, o marido de Ana compareceu e, segundo ela, parecia outra pessoa. Calmo, ouviu as notas de abertura da sessão⁴⁹. E para que, em seguida, houvesse a explicitação do problema, assinalando que a queixa de Ana dizia respeito às ofensas e às ameaças que lhe eram dirigidas pelo ex-marido. Em silêncio, o acusado a ouvia tudo. Em seguida, o Policial perguntou o que ele tinha a dizer a respeito, ao que, com um simples balançar de cabeça, recebeu como resposta que não havia nada a ser dito. A sessão foi encerrada sem que ele dissesse uma única palavra, contou Ana que, visivelmente satisfeita, reconheceu na mediação o último recurso para a solução do seu problema. Diferentemente do que se passava antes, agora, se sentia mais segura para procurar os policiais. De acordo com ela,

"Aqui, quem tivesse relação com polícia era mal visto pelos meninos, não era bom... Podia ser X-9... Agora eu tenho mais segurança de entrar na UPP, de falar com o policial que não está fardado. Ele é sempre muito gentil, fala baixo e escuta. Nem parece a polícia que a gente tava acostumado."

(Ana, 32 anos, Moradora do Morro da Formiga)

Pelo que pude observar e ouvir dos meus interlocutores, apesar de alguns problemas (como a relação de suspeição e desconfiança mútua ainda existente entre moradores e policiais), de modo geral, o funcionamento da UPP e do Centro de Mediação no Morro da Formiga tem sido representado como satisfatório tanto por

⁴⁹ Momento em que o mediador explica às partes o que é a mediação, suas regras e desdobramentos.

seus operadores como pelo público-alvo. Durante o trabalho de campo, os mediadores mostraram-se satisfeitos com os resultados obtidos, uma vez que, segundo eles, a mediação apresentava bons resultados quanto à administração dos conflitos locais, o que conseqüentemente aproxima a população dos policiais. Diante disso, algumas inquietações merecem ser colocadas, tais como as seguintes: uma vez que a maioria dos entrevistados, tanto entre os policiais lotados na UPP do Morro da Formiga, quanto entre os moradores da localidade, representaram positivamente os processos de administração de conflitos realizados através da mediação, por que, então, não permitir que esta experiência aparentemente bem-sucedida seja publicizada, estudada? Por que o segredo? Estas são, me parece, embora não sejam as únicas, me parecem questões importantes que fogem ao escopo do presente trabalho, mas que, segundo nosso entendimento, não querem calar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a chegada das UPPs e os possíveis arranjos e efeitos proporcionados pela implantação destas Unidades, assim como a consequente presença permanente da polícia em diversas favelas do Rio de Janeiro, o foco deste estudo consistiu em buscar compreender como múltiplos e diferentes conflitos eram representados, assimilados e tratados em um território sob "política de pacificação". O processo de pacificação, iniciado em 2008 e que culminou na implantação das UPPs em distintos territórios da capital carioca, teve como um de seus objetivos formais o estabelecimento de um novo paradigma relacional entre a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e as populações das localidades onde estas Unidades eram implantadas. Tais territórios, em geral sob o domínio de grupos armados vinculados ao tráfico de drogas, passaram a receber contingente policial fixo orientado para o desenvolvimento de ações policiais que priorizassem a aproximação com as populações, a viabilização e prestação de serviços e a redução do enfrentamento bélico, este último amplamente observado em distintas localidades da cidade nos últimos anos.

Como elemento-chave, este estudo considerou a presença de um Centro de Mediação de Conflitos implantado na Unidade de Polícia Pacificadora do Morro da Formiga, situado no bairro da Tijuca, Zona Norte da cidade, que serviu de campo empírico à pesquisa. Neste centro, 'policiais mediadores' capacitados por um curso oferecido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a partir de acordo de cooperação firmado com a Secretaria de Segurança do Estado, propuseram-se a desenvolver novas formas de atuação orientadas por um princípio alternativo de administração de conflitos e resolução de disputas: a mediação. Assim, a partir da análise do conjunto das demandas encaminhadas ao Centro de Mediação de Conflitos

(pelo menos aqueles a que se pôde ter acesso durante o trabalho de campo), buscou-se identificar as respostas dirigidas a tais demandas, com o objetivo de acessar as representações construídas pelos diversos atores em jogo, principalmente no que concerne aos impactos trazidos por esses novos arranjos e dispositivos de administração institucional de conflitos.

Ao colocar em tela as diferentes formas como os conflitos interpessoais (sobretudo os de proximidade) eram representados, assimilados e tratados “em tempos do tráfico” e, posteriormente, a partir da implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora e de um Centro de Mediação de Conflitos, não se pretendeu, aqui, de forma alguma, julgar as condutas ou enunciados contextualmente apresentados, nem propor uma relação de evolução entre as duas formas de regulação social, mas, isso sim, entender como, uma vez implementados, os novos mecanismos e estratégias de administração de conflitos eram apreendidos, valorados e significados pelos diversos atores sociais em jogo, seja pela polícia, seja pelos moradores do Morro da Formiga.

Por isso os dados coletados durante a pesquisa foram, em maioria, qualitativos, tendo sido obtidos, sobretudo, a partir de conversas informais e entrevistas semi-estruturadas com policiais vinculados às UPPs, gestores de segurança pública e moradores do Morro da Formiga. A observação *in loco* foi intensamente negociada, o que fez com que a pesquisa se restringisse às situações que eram consentidas, sobretudo, pelos mediadores. Esta condição influenciou diretamente no rumo do trabalho, de modo que, é preciso reconhecer que o estudo apresentado não corresponde propriamente a uma etnografia do Centro de Mediação, tal qual se pretendia no projeto original da pesquisa, mas a uma etnografia das representações de diferentes atores sobre as novas formas de administração institucional de conflitos que

acompanham o advento de um Centro de Mediação em uma UPP lotada numa favela da Zona Norte do Rio de Janeiro.

Conforme apresentado, a chegada das UPPs ao Rio de Janeiro envolveu questões que excedem o, nada simples, combate a um certo tipo de criminalidade violenta que é representada como o “inimigo nº 1” das forças de segurança, do Estado e da Sociedade carioca: aquela produzida pelo tráfico de drogas. Não obstante, a despeito da celebração praticamente consensual de tal política pelos grandes veículos midiáticos e pelo discurso oficial, é sabido que ainda há muito o que se discutir sobre o assunto, principalmente no que concerne a alguns princípios de ação policial postos em prática nos territórios “pacificados”. Ainda que, pelo menos formalmente, as novas estratégias de policiamento e de administração institucional de conflitos busquem uma maior aproximação entre a favela, o Estado e a sociedade envolvente, o que é exemplarmente ilustrado pelo epíteto “*A favela é da cidade*”, proferido em um discurso oficial pelo atual Secretário de Segurança Pública do estado, não há como deixar de reconhecer que, com a chegada das UPPs à cidade, moradores de favelas, como o Morro da Formiga, seguem sendo submetidos a um tratamento que obedece a uma lógica tutelar que, aliás, nos é bastante familiar, posto que costuma ser recorrentemente assinalada nos debates acadêmicos que se ocupam do assunto em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGACHE, D. A. Cidade do Rio de Janeiro. Remodelação, extensão e embelezamento, 1926-1930. Paris: Ed. du Foyer Brésilien, 1932. Disponível em: <http://planourbano.rio.rj.gov.br/DocReadernet/docreader.aspx?bib=PlanoUrbano&pesq=>

BERGER, P.; LUCKMAN, T. A construção social da realidade. Editora Vozes. Petrópolis.1998.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico (5a ed.). São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

_____. A Economia das Trocas Simbólicas (5ª ed.). São Paulo: Perspectiva, 2001.

BURGOS, M. B. Cidade, territórios e cidadania. Dados, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, Mar. 2005.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R.. Direito Legal e Insulto Moral. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CARUSO, H. G. A denúncia anônima como ferramenta de ação policial - Disque-Denúncia: uma experiência em curso. In.: Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. Niterói: EDUFF, 2003.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. "Do ponto de vista dos nativos": a natureza do entendimento antropológico. In: O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Política Pública Para a Segurança, Justiça e Cidadania – Plano Estadual, 2000.

GUEDES, S. L. O sistema classificatório das ocorrências na Polícia Militar do Rio de Janeiro e a organização da experiência policial: uma análise preliminar. In.: PINTO, A. S. & RIBEIRO, L. M. L. (orgs.). A análise criminal e o planejamento operacional. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008.

KANT DE LIMA, Roberto. A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos (2ª ed.). Rio de Janeiro: Forense, 1995.

MACHADO DA SILVA, L. A.. Afinal, qual é a das UPPs?. Março/2010. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf

MANUAL DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança [recurso eletrônico] / Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). – Dados eletrônicos. - 2009.

MELLO, K. S. S. & BAPTISTA, B. G. L. Mediação e Conciliação no Judiciário: dilemas e significados. In.: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, 4(1), 2011.

MIRANDA, A. P- M. & PITA, M. V. Rotinas burocráticas e linguagens do Estado: políticas de registros estatísticos criminais sobre mortes violentas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. In.: Revista de Sociologia e Política, 19 (40), 2011.

MIRANDA, A. P. M., OLIVEIRA, M. B. & PAES, V. F. A reinvenção da "Cartorialização": análise do trabalho policial em registros de ocorrência e inquéritos policiais em "Delegacias Legais" referentes a homicídios dolosos na cidade do Rio de Janeiro. In.: Segurança, Justiça e Cidadania, vol.4, 2010.

MORAES, L. P. B. Disque-Denúncia: a arma do cidadão. Processos de construção da verdade a partir da experiência da Central Disque-Denúncia no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Antropologia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Niteroi: PPGA/UFF, 2006.

MUNIZ, J. Ser policial é, antes de tudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de doutorado em Ciência Política apresentada ao Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

NADER, L.. A civilização e seus negociadores: A harmonia como técnica de pacificação. Conferência de abertura da XIX Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Niterói, ABA/PPGACP-UFF, 1994.

PIRES, L. Esculhamba, mas não esculacha!: uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2011.

SAGMACS. Aspectos humanos da favela carioca. Suplemento especial do jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1960.

SILVA, E. M. A. Notícias da Violência Urbana: Um estudo Antropológico. Eduff. Niteroi, 2010.

SKOLNICK, J., & BAYLEY, D. Policiamento Comunitário: Questões e práticas através do mundo. São Paulo: EdUSP, 2002.

SOUZA, P. Narcoditadura: o caso Tim Lopes, crime organizado e jornalismo investigativo no Brasil. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. Rev. bras. Ci. Soc. [online], vol.15, n.44, 2000.

ZALUAR, A. Violência e Crime. In.: MICELLI, S. (Org.). O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999.

_____. A máquina e a revolta. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANEXOS

Questionário enviado ao Gabinete do Governador do Estado do Rio de Janeiro

1) Historicamente, as relações entre polícia e moradores de favelas do Rio de Janeiro têm sido marcadas por distanciamento e uma mútua desconfiança, para dizer o mínimo. Em que medida as UPPs contribuíram para minorar este problema?

O histórico do trabalho da polícia no nosso estado é marcado pelas ações de enfrentamento. Até o início da pacificação, a polícia entrava nas comunidades apenas para enfrentar os bandidos. Os moradores conviviam com tiroteios e só viam a polícia nesses momentos de terror. O trabalho que estamos fazendo, com o objetivo de levar a pacificação a todas as comunidades do estado onde haja o controle armado do território por criminosos até 2014, é completamente diferente. Trabalhamos com o conceito de polícia de proximidade. O policial instalado em uma UPP, por exemplo, não usa mais aquela farda, voltada para a guerra. Ele veste um fardamento diferente, voltado para o atendimento à população, que é o que ele faz. Os policiais conhecem as pessoas que moram no local onde ele trabalha, fazem parte do dia-a-dia da comunidade e estão inseridos naquele cotidiano.

2) Em pesquisa realizada no ano de 2010, cujos resultados foram publicados no jornal O Globo, as UPPs foram celebradas como uma política pública de enorme aceitação, sobretudo pelos moradores das áreas em que elas foram implantadas. Qual a situação hoje em dia?

Em um primeiro momento, a população das comunidades pacificadas viu a chegada da polícia como uma esperança para acabar com o clima de terror, imposto por

bandidos durante décadas, nas favelas do nosso estado. Apesar da esperança, alguns ainda viam a polícia com desconfiança, afinal, ainda tinham em mente aquela polícia que chegava para guerrear. Agora, com o nosso programa já em um estágio mais avançado, vemos a polícia completamente integrada à população. Os policiais que atuam nas UPPs são reconhecidos pelos moradores, chamados pelo nome e participam do dia-a-dia do lugar. Temos exemplo até de policiais que já ajudaram em partos de mulheres grávidas. O trabalho deles nas UPPs é estar do lado do morador. A comunidade já percebeu, sente-se segura na presença deles e, sobretudo, respeita a função deles ali.

3) Em linhas gerais, as UPPs costumam ser associadas a outras iniciativas desenvolvidas na área de segurança pública por governos anteriores, como os GPAEs, por exemplo. Afinal, há diferenças entre as UPPs e os GPAEs? Quais são elas?

Para criar o conceito de UPP e implantá-la, avaliamos cuidadosamente as reais necessidades dessas áreas e percebemos que a presença ininterrupta da polícia é essencial para que tais regiões se integrem ao restante da cidade formal. No entanto, isso só seria possível com uma nova mentalidade da polícia, com policiais recém-formados em uma filosofia comunitária, de respeito às pessoas, de garantia da ordem pública, e não com uma mentalidade de guerra. Para isso, as forças especiais da nossa polícia teriam que ocupar as áreas, combater os marginais armados, retirá-los de lá e preparar o terreno para essa nova polícia. Essa é a principal diferença entre as UPPs e os Gpaes, a maneira e a filosofia de se trabalhar.

4) O nome Unidades de Polícia Pacificadora gerou alguma polêmica, em particular no meio acadêmico, uma vez que nele é explicitada a ideia-chave de tal política, qual seja: a ideia de pacificação. O que quer dizer exatamente isso?

As UPPs mostraram que existe um caminho para a paz, algo que muitos não acreditavam ser mais possível para o Rio de Janeiro. Para que o morador do Rio, tanto das comunidades carentes, por décadas reféns de marginais, quanto do asfalto, possam voltar a criar os filhos com o pleno direito de ir e vir, o que já não havia em muitos casos, foi necessário que nós fizéssemos um estudo para ver o que seria necessário. Percebemos que é imprescindível que a polícia esteja sempre presente, ao lado do morador, para garantir a paz. Esse processo que leva em conta a aproximação entre a polícia e a sociedade é o caminho para a pacificação, logo, para a paz.

5) Como são definidas as localidades em que são instaladas as UPPs? Em que medida a ação midiática influi sobre isso, uma vez que, de tempos em tempos, são noticiados casos de migração de criminosos de localidades contempladas com UPPs para áreas onde elas não existem?

As notícias não têm qualquer influência sobre a escolha de qual será a próxima área a receber uma UPP. As ocupações seguem um plano estratégico feito pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

6) Qual a importância das UPPs no que diz respeito à realização de megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro, tais como, por exemplo, a Copa do Mundo e as Olimpíadas?

Hoje, o Rio de Janeiro apresenta os menores índices de criminalidade das últimas duas décadas. O programa das UPPs, que é pioneiro em nosso país, assim como o

estabelecimento de metas de desempenho para as nossas polícias, são fundamentais para que estejamos conseguindo reduzir de forma contínua e consistente os principais indicadores de criminalidade em todo o estado, como homicídios, latrocínios, roubos e furtos em veículos, em residências e a pedestres. Esse sucesso na nossa política de segurança teve papel fundamental nas mudanças pelas quais o Rio de Janeiro passou e ainda vai passar. O extenso calendário de grandes eventos internacionais, que começou com a Rio+20 e vai até os Jogos de 2016, é uma conquista do que conseguimos na área de segurança. É um orgulho para nós saber que o mundo inteiro está de olho, acompanhando o nosso trabalho e a nossa preparação.

7) As UPPs têm sido representadas como um eficiente veículo de combate ao tráfico de drogas ou, pelo menos, aos seus efeitos letais sobre os moradores de favelas do Rio de Janeiro. Há a pretensão de que futuramente também sejam implantadas UPPs em localidades dominadas por milícias? Em caso positivo, quais seriam elas e para quando estaria prevista tal implantação?

A nossa terceira Unidade de Polícia Pacificadora foi instalada na comunidade do Batan, em Realengo, em fevereiro de 2009. Os moradores que lá vivem passaram anos sem o direito de ir e vir. Em um primeiro momento, o território era dominado por traficantes. Depois, a milícia dominou o território e tornou os moradores reféns de suas regras. Desde que ocupamos o Batan, vemos a comunidade crescer. Empresas de TV a cabo, comércio, projetos sociais entraram na região e a população, agora, tem liberdade e seus direitos garantidos. O nosso objetivo é libertar a população do domínio de bandidos armados, sejam eles traficantes ou milicianos. As próximas ocupações dependem do plano estratégico desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública.

8) Antes de sua cooptação pelo tráfico de drogas, as Associações de Moradores operavam como o mais legítimo representante dos interesses dos moradores de favelas do Rio de Janeiro. Com as UPPs e a consequente expulsão de traficantes, é possível pensar na revitalização das associações enquanto espaço de protagonismo social, no qual as populações voltem a falar por si mesmas, dialogando, assim, com o poder público e com a sociedade envolvente?

As associações de moradores já atuam ao lado da polícia nas regiões onde já estão instaladas as UPPs. Com a nossa filosofia de polícia de proximidade, ao entrarmos em uma comunidade, buscamos os representantes daquele local para fazermos reuniões com os comandantes das UPPs e até mesmo do Bope, logo no início da ocupação. Assim, os policiais ouvem os anseios dos moradores e trabalham sempre ao lado da população. A conversa entre representantes dos moradores e policiais é permanente.

9) A presença permanente de maior contingente policial em algumas favelas do Rio de Janeiro a partir da implantação das UPPs demandou investimentos no aumento do efetivo da Polícia Militar nos últimos anos. Há uma estimativa quanto ao tempo de ocupação das UPPs nas favelas? Os policiais recebem treinamento específico para atuação nestes espaços?

Um dos princípios das UPPs é a presença ininterrupta da polícia. Os policiais se integram a comunidade e passam a fazer parte dela. Então, a ideia é que eles fiquem nas regiões ocupadas fazendo um tipo de trabalho voltado para a prevenção e atendimento à população. Até o fim desse ano, o Rio de Janeiro contará com cerca de 5,5 mil novos policiais militares formados em apenas um ano. Grande parte desse contingente é destinado ao trabalho nas UPPs. Para isso, a formação do nosso policial também mudou. Durante o curso, eles têm aula de direitos humanos, de técnicas de

abordagem e de uma série de outras disciplinas voltadas a esse novo conceito de polícia. Além disso, a nossa política de metas e as gratificações dadas aos policiais – que podem chegar a R\$9 mil – são parte de uma mentalidade que premia a meritocracia, o que sempre funciona como estímulo para os policiais.

10) Quais princípios fundamentais orientaram a criação dos Centros de Mediação de Conflitos, hoje instalados em algumas favelas contempladas com UPPs?

O Centro de Mediação de Conflitos nasceu de uma parceria com o Tribunal de Justiça. Nossos policiais passam por um curso para estarem mais preparados. O objetivo é evitar uma ida ao tribunal por causa de pequenos conflitos, que podem ser resolvidos de formas mais eficientes. Antes, quando os territórios eram dominados por bandidos, os conflitos pequenos, do dia a dia, não apareciam. Com a chegada da polícia, surgiram os conflitos normais a uma sociedade democrática, como briga entre vizinhos, problemas de família e de convivência no espaço público.

11) No que diz respeito à resolução de conflitos, quais os resultados obtidos até o momento com a implantação dos Centros de Mediação em favelas do Rio de Janeiro? Eles estão correspondendo às expectativas? E quais seriam elas?

A expectativa do projeto é chegar a uma convivência pacífica e formal entre os moradores das comunidades. As ocorrências são computadas pelos comandos das UPPs e os policiais são preparados para substituir os mecanismos violentos de resolução de conflitos por mecanismos de paz. Vemos que esse modelo se encaixou perfeitamente na filosofia do nosso trabalho. A população já entendeu e até chama os policiais no caso de necessidade de resolver qualquer tipo de problema.

UPPs na Mídia



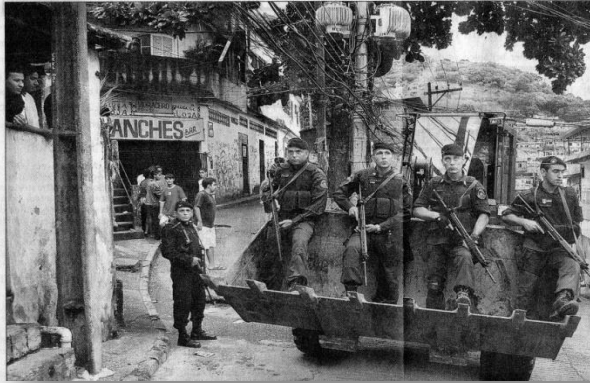
Outdoor em via pública



Jornal "O GLOBO" Capa da edição de 27 de abril de 2009

PM ocupa sete favelas da Tijuca sem nenhum tiro

Comandante: 'Um escoteiro no Morro da Formiga seria mais que suficiente'



• Sem disparar um tiro sequer, nem enfrentar qualquer reação por parte do tráfico, cerca de 250 PMs ocuparam ontem sete favelas na área da Tijuca para a implantação da oitava Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). A polícia conseguiu retomar o Morro do Borel, que durante décadas foi um perigoso reduto do crime, libertando cerca de 20 mil moradores. O comandante do 6º BPM, coronel Príncipe, ironizou a falta de reação dos criminosos: "Se eu tivesse posto um escoteiro no Morro da Formiga, seria mais do que suficiente (para a ocupação)." Páginas 18 e 19

Salgueiro, um dos próximos alvos

• O secretário de Segurança, Mariano Beltrame, disse que Salgueiro e Morro dos Macacos serão os próximos alvos. Ele admite que está prepara-

04-2010

Jornal "O GLOBO" Caderno RIO Edição de 29 de abril de 2010



Carla Rocha, Célia Costa, Cláudio Motta, Gustavo Goulart e Selma Schmidt

Agora faltam Salgueiro, Macacos e Andaraí

Sem disparar um tiro sequer, policiais militares ocupam Borel e outras seis favelas da Tijuca para implantação de UPP

Fotos de Márcia Foleto

Depois de uma operação ontem para ocupar o Morro do Borel e outras seis favelas da Tijuca, envolvendo 250 PMs, que preparam o terreno para a instalação de mais uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, prometeu pacificar outras favelas da região, citando entre os próximos alvos o Salgueiro, também no bairro, o Morro dos Macacos, em Vila Isabel, e o Morro do Andaraí. Sem querer fixar datas ou a sequência de favelas que serão ocupadas, o secretário adiantou que o projeto só estará completo quando o tráfico em comunidades-chave do bairro for neutralizado.

— Para pacificar a Tijuca como um todo, temos que fazer isso (a ocupação) num número importante de favelas. Nada impede que o traficante do Borel possa ter pulado para a Formiga e da Formiga para não sei onde. A gente precisa manter uma sequência para prender estas pessoas. Como na Zona Sul, não adiantava pegar o Pavãozinho sem pegar o Tabajaras — afirmou Beltrame, observando que seu alvo no momento é a região conhecida como Grande Tijuca, que inclui Andaraí,



Figura 1. Jornal "O GLOBO" Caderno RIO Edição de 29 de abril de 2010

RIO

O elogio das UPPs

Pesquisa mostra que 93% dos moradores aprovam unidades, mas 68% temem volta do tráfico

Elenice Bottari e Vera Araújo

A maioria dos moradores de favelas dominadas por grupos armados gostaria de ver implantada ali uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS) com 600 moradores de 44 favelas do Rio que ainda não foram contempladas pelo projeto mostrou que 70% dos entrevistados afirmaram ser muito favoráveis ou favoráveis à implantação de UPPs em suas comunidades. Num outro levantamento, também do IBPS, foram ouvidos mais 600 moradores de favelas onde as unidades já estão funcionando. Para 93%, o lugar onde vivem hoje é muito seguro ou seguro, contra apenas 5% que o consideram inseguro ou muito inseguro. Em compensação, 68% temem a volta do tráfico. Há nas comunidades não ocupadas pela polícia, 48% dos entrevistados consideram o local onde vivem inseguro ou muito inseguro. Os estudos foram realizados entre os dias 21 e 25 de janeiro e a margem de erro é de 4%.

A rotina de violência de algumas dessas regiões é suficiente para entender o clamor por UPPs. Na Vila Cruzeiro, na Penha, dominada pela maior facção criminosa do estado,

CONHEÇA OS NÚMEROS

A pesquisa do Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS) sobre "A percepção acerca das Unidades de Polícia Pacificadora" foi realizada entre os dias 21 e 25 de janeiro passado com 1.200 entrevistados, sendo metade nas nove comunidades onde o programa foi implantado e metade em outras 44, onde ainda não existem UPPs. A margem de erro é de 4%.

ENTREVISTADOS DE COMUNIDADES SEM UPPS

SE FOSSE OFERECIDA A SUA COMUNIDADE A IMPLANTAÇÃO DE UMA UPP, VOCÊ SERIA FAVORÁVEL A ESSA MEDIDA?

Favorável	54%
Muito favorável	16%
Indiferente	13%
Não sabem	13%
Não responderam	12%
Desfavorável	5%
Muito desfavorável	1%

PELO QUE VOCÊ SABE OU OUVIU FALAR, A IMPLANTAÇÃO DAS UPPS NAS COMUNIDADES FOI UMA MEDIDA:

Bom	46%
Outra	24%
Nem boa nem ruim	14%
Não sabem	13%
Não responderam	13%
Pessima	1%

Na sua comunidade há...

Homens circulando armados?	48%
Não	44%
Sim	44%
Não sabem	4%
Não responderam	3%

Venda de drogas?

Não	47%
Sim	44%
Não sabem	4%
Não responderam	4%

Tireteios?

Não	48%
Sim	48%
Não sabem	3%
Não responderam	2%

ENTREVISTADOS DE COMUNIDADES COM UPPS

COM RELAÇÃO À SEGURANÇA, VOCÊ DIRIA QUE HOJE A FAVELA/COMUNIDADE EM QUE VOCÊ MORA É...

Segura	76%
Muito segura	17%
Insegura	4%
Muito insegura	1%
Não sabem	1%
Não responderam	1%

Comunidades com UPPs:

Duas Marés, Cidade de Deus, Batim, Chapéu Mangueira, Babilônia, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo, Colônia e Ladeira dos Taboas.	48%
Não	44%
Sim	44%
Não sabem	4%
Não responderam	4%

As seguintes ocorrências aumentaram, continuaram do mesmo modo, diminuíram ou acabaram?

Homens circulando armados?	79%
Acabaram	79%
Diminuíram	18%
Continuaram do mesmo modo	1%
Aumentaram	1%
Não sabem/ Não responderam	2%

Venda de drogas?

Acabaram	67%
Diminuíram	30%
Continuaram do mesmo modo	2%
Aumentaram	0%
Não sabem/ Não responderam	0%

Tireteios?

Acabaram	85%
Diminuíram	12%
Continuaram do mesmo modo	1%
Aumentaram	0%
Não sabem/ Não responderam	2%

VOCÊ JÁ MANTEVE ALGUM CONTATO DIRETO COM OS POLICIAIS DA UPP?

Sim	18%
Não	84%

PARA QUEM RESPONDEU SIM De que tipo?

Prestando informações sobre a comunidade	37%
Prestando algum serviço	29%
Dando, emprestando/ emprestado alguma coisa	8%
Cumprimentos	8%
Prestando informações sobre crimes	3%
Outras	11%
Não respondeu	3%



Marcelo Piu

da gera desconfiança: 68% dos entrevistados nas favelas com UPP temem

Figura 2. Jornal "O GLOBO" Caderno RIO de 21 de fevereiro de 2010

PACIFICAÇÃO: Policiais de UPP aproximam moradores do Borel e Defesa Civil

Comandante do Bope anuncia ocupação do Morro da Formiga

Tropa de elite vai substituir policiais do 6º BPM em comunidade na Tijuca

Ediane Merola

• A música "Dias melhores", do grupo J Quest, traduz o que a população do Morro do Borel, na Tijuca, espera da ocupação realizada desde quarta-feira, pelo Batalhão de Operações Especiais (Bope): "Dias melhores/Dias de paz, dias a mais/Dias que não deixaremos para trás". Ontem, a canção serviu de trilha sonora para o encerramento de uma reunião entre policiais da unidade de elite e mais de 300 moradores, que puderam fazer perguntas ao comandante do Bope, tenente coronel Paulo Henrique Moraes. Ele também falou sobre a implantação da UPP no lugar e informou que sua tropa ocupará esta semana o Morro da Formiga, na Tijuca, atualmente monitorado pelo 6º BPM (Tijuca).

A relação do Bope com os moradores ficou ainda mais estreita, ontem, depois que policiais da unidade ajudaram a intermediar uma reunião entre desabrigados da chuva e repre-



PAULO MORAES em reunião no Borel: ações da PM serão mais focadas

sentantes da Defesa Civil. Quase um mês depois do temporal, pelo menos 256 moradores reclamam que não receberam a visita de técnicos e, por isso, não podem pedir o aluguel social. De acordo com o sargento Max, do Bope, a partir de hoje haverá dez vistorias por dia.

As duas reuniões ocorreram no Ciep Doutor Antônio Margarinos Torres Filho, na Rua São Miguel, principal via de acesso à comunidade. Presidente da As-

sociação de Moradores do Borel, Roberta Ferreira disse que, por enquanto, a situação dos desabrigados é a mais urgente.

Além do papel social, o Bope lembra que sua missão no Borel é resgatar a segurança. Segundo o coronel Paulo Henrique, o primeiro momento da ocupação será marcado por muitas abordagens, que tendem a diminuir ao longo do processo.

— A aceitação da população está bem melhor, porque já exis-

tem UPPs produtivas. A primeira reunião desse tipo ocorreu no Pavão-Pavãozinho e elas são necessárias para criar uma relação. Entramos nas comunidades pensando no confronto, no meliante. Depois mudamos. Eles reclamam que estamos entrando nas casas para fazer buscas. Vamos receber denúncias e as ações serão mais focadas — disse o comandante.

Durante a reunião, o Bope divulgou um e-mail (bopecom-sac@gmail.com) e um telefone de contato (2334-3383), para que os moradores possam fazer denúncias e tirar dúvidas sobre a ocupação. Alguns aproveitaram a presença dos policiais para fazer as queixas. Uma mãe, que não quis se identificar, disse que o filho levou dois tapas no rosto, dados por um policial que estava sem a identificação na farda.

Moradores também perguntaram sobre distribuição de internet e TV a cabo. Os policiais explicaram que serviços ilegais serão combatidos. ■

Traficantes fogem da Tijuca com medo de UPP

Primeira Unidade de Polícia Pacificadora da Zona Norte deverá ser instalada no Morro do Borel em março

Antônio Werneck

• A polícia tem informações de que os principais chefes do tráfico de morros da Tijuca teriam fugido, durante o carnaval, para a Favela Vila Cruzeiro, no Complexo do Alemão. A fuga teria ocorrido devido ao anúncio de que a Secretaria estadual de Segurança pretende instalar em março, no Morro do Borel, a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Zona Norte. Como revelou Ancelmo Gois em sua coluna no GLOBO, a decisão de ocupar favelas da Tijuca adiou a implantação de UPPs nos morros da Rocinha e do Vidigal. A Tijuca tem 12 favelas dominadas por traficantes armados. Em nota, a Secretaria de Segurança não quis comentar o assunto.

Policiais, carros e armas para a Tijuca

Desde dezembro do ano passado, o policiamento tem sido reforçado na Tijuca. Cerca de 45 policiais civis foram transferidos para a 19ª DP (Tijuca) no início deste ano. A delegacia também ganhou carros e computadores novos. Em março, a

unidade deverá receber mais armas, como pistolas e fuzis.

O cerco ao tráfico foi sendo fechado numa preparação para a chegada da UPP. Em novembro, 20 pessoas com laços de parentesco com os principais chefes do tráfico na região foram presas durante a Operação Família S/A. Nos próximos dias, haverá a segunda fase da operação. Serão expedidos mais 20 mandados de prisão contra bandidos do primeiro, segundo e terceiro escalões do tráfico nos morros do Borel, Formiga, Casa Branca e Salgueiro.

— A ação da polícia na Tijuca tem surtido efeito. O número de roubos de carros caiu. É o resultado do trabalho conjunto de policiais militares do 6º BPM (Tijuca) com promotores do Ministério Público estadual — disse o delegado Alexandre Herdy.

Um dos 20 mandados que serão expedidos é contra o traficante Fabiano Atanásio da Silva, o FB, que comandou, no ano passado, a invasão do Morro dos Macacos, em Vila Isabel, quando um helicóptero da PM foi derrubado. ■

Um bairro cercado por favelas

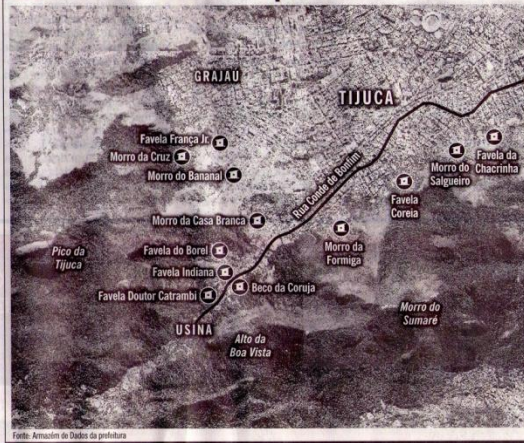


Foto: Arquivo do Diário da Prefeitura

Valorização de até 30% dos imóveis

• Bastou a divulgação de que a Tijuca receberia uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) para que locais do bairro, como Usina e Muda, registrassem uma valorização de até 30% no valor dos imóveis. Pelo menos é o que garante o líder comunitário Luiz Carlos Lavor, que trabalha como corretor de imóveis. Segundo o vice-presidente da Associação Comercial da Tijuca, Jayme Miranda, a desvalorização de imóveis nos dois locais chegou a 70% nos últimos anos.

O presidente do Conselho Comunitário de Segurança, Jandir Borges Alves, ressaltou que estado e prefeitura devem promover ações sociais.